



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÃO

2 - ATAS

- 2.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.2 - 15ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.3 - 16ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.4 - 17ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.5 - Reunião de Comissões

3 - ORDEM DO DIA

- 3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA



RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5.437, DE 12 DE JULHO DE 2013

Dispõe sobre a restituição simbólica do mandato de Deputado Estadual de Armando Ziller, eleito em 1947 pelo Partido Comunista do Brasil - PCB.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica restituído, de forma simbólica, o mandato de Deputado Estadual de Armando Ziller, eleito em 1947 pelo Partido Comunista do Brasil - PCB.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 12 de julho de 2013; 225º da Inconfidência Mineira e 192º da Independência do Brasil.

Deputado Dinis Pinheiro - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. - 3º-Secretário nas funções de 2º-Secretário



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 11/7/2013

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Fábio Cherem - Liza Prado - Tadeu Martins Leite - Vanderlei Miranda.



Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Às 14h1min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 16/7/2013.).

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/7/2013

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Questão de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar - Questão de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.968/2013; discursos dos Deputados Rogério Correia e Ulysses Gomes; apresentação das Emendas nºs 3 a 7; encerramento da discussão; encaminhamento das emendas com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Às 14h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª Parte

Atas

- O Deputado Rômulo Viegas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 4 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, buscamos o entendimento para tentar conseguir o quórum necessário. Primeiramente, peço-lhe recomposição de quórum, considerando matéria de quórum qualificado. Parece-me que são quatro propostas de emenda à Constituição. Certamente exigirão quórum mais alto para votar-se proposta no Parlamento. Solicito a V. Exa. recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Rômulo Viegas) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 40 Deputados. Portanto, não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar, mas o há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado João Vítor Xavier - Pela ordem, Sr. Presidente. Temos algumas matérias que exigem quórum qualificado, e gostaria de saber, pela verificação, quantos parlamentares temos presentes no momento.

O Sr. Presidente - Com a entrada de mais um Deputado, estão presentes 41 parlamentares.



Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.968/2013, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Rogério Correia, que ainda dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, ainda tenho 15 minutos para discutir o projeto de lei que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Antes de reiterar alguns argumentos sobre o procedimento de votação desse projeto, queria reiterar também a posição favorável deste Deputado e, se me for permitido, a do Deputado Sávio Souza Cruz, Líder do Bloco Minas sem Censura.

Nossa posição é também referente à proposta de emenda à Constituição. Estamos nos esforçando em reuniões ordinárias para votar a garantia de votações abertas em todos os projetos desta Casa legislativa. Temos um procedimento favorável. No caso, é por meio de emendas também do Bloco Minas sem Censura. Toda votação se daria pelo processo eletrônico, o que significa que mais nenhum voto seria dado por votação simbólica. Trocando em miúdos, o eleitor, a partir da aprovação dessa proposta de emenda à Constituição, terá conhecimento de qualquer voto de todos os Deputados da Casa. A votação simbólica e o voto secreto teriam final. Em todas as votações, conheceríamos posteriormente o voto de cada um dos Deputados. Saberíamos se estavam presentes ou ausentes. Terminaríamos com a votação simbólica.

Aguardamos quórum para votação dessa emenda. Se não a votarmos hoje, certamente o faremos amanhã. É um avanço importante que a Assembleia Legislativa mineira coloca em andamento para maior abertura e uma dinâmica de transparência maior nesta Casa. Em primeiro lugar, quero dizer que esta é a posição não apenas deste Deputado, mas também de todos os Deputados da Bancada do PT, do Bloco Minas sem Censura e, com certeza, do Deputado Sávio Souza Cruz, nosso Líder. Tudo será colocado com muita clareza no Plenário da Casa.

Sr. Presidente, esse projeto que estamos discutindo, que altera a Lei nº 6.763, tem sido muito debatido. As consequências disso têm sido muito debatidas por Minas Gerais. O Deputado Ulysses Gomes tem, hoje à noite, um debate sobre a questão tributária no Estado e sobre como o governo de Minas Gerais tem aberto mão de muitos recursos de tributação, recursos que nos fazem falta para a educação e para a saúde pública. Falei disso na semana passada. Na verdade, Minas abre mão de arrecadar, mas abre mão também de aplicar os recursos onde não poderia deixar de aplicá-los, principalmente em saúde e educação. Isso não poderia ser feito não apenas do ponto de vista do dever ético e moral e das prioridades listadas pelo povo mineiro, mas também do ponto de vista constitucional. A Constituição da República é muito clara, não se podem aplicar menos que 25% na educação nem menos de 12% na saúde.

Aqui em Minas, o governo do Estado não obedece a essa premissa constitucional, e a aplicação na saúde e na educação, desde 2003, quando começou o governo Aécio Neves, é inferior ao mínimo constitucional. Já chegamos ao absurdo de termos uma dívida de mais de R\$8.000.000.000,00 com setores de educação e saúde. Imaginem a falta que isso faz para uma professora, um professor, um auxiliar de escola, que recebem muito mal, que sequer podem se alimentar na escola porque o governo quer economizar com merenda escolar. Assim, proíbe uma professora de alimentar-se da merenda existente na escola.

Esses recursos fazem falta para a rede física das escolas e para os salários, fazem falta aos hospitais, ao aparelhamento, ao pagamento dos servidores da saúde. A não aplicação do mínimo constitucional tem sido regra no governo do PSDB. Isso realmente não podemos admitir. É necessário, Deputado Elismar Prado, que cada vez mais apresentemos esse tema para que os mineiros saibam que não há aplicação do mínimo constitucional.

Sempre digo isso aqui. Agora, o governo está aplicando, para o ano passado, conforme dados do Tribunal de Contas e do Ministério Público, porque a aplicação feita em 2012 deixou uma dívida de R\$1.100.000.000,00, somando-se a educação e a saúde.

Em um ano, tivemos esse valor a menos, do ponto de vista constitucional, nos setores essenciais da educação e da saúde. O governo respeita o TAG, que é um acordo feito entre o Presidente do Tribunal de Contas e o Governador. Em Minas, O TAG vale mais que a Constituição. Agora, para calar as vozes e os sindicatos que denunciam isso, o governo usa o próprio partido, o PSDB, para entrar com uma ação na Justiça e tirar do ar as propagandas do Sindifisco. Elas são peças publicitárias pagas com o dinheiro do sindicato, portanto, do filiado, do associado. O próprio PSDB pede para tirar do "site" a página de um sindicato, numa censura explícita de um partido político. É de fazer inveja ao partido único de Hitler e Stalin, que determinava tudo. O Estado e o partido representavam a mesma coisa. Aqui, como o Anastasia é filiado ao PSDB e o Senador Aécio também, esse partido quer impedir que o sindicato denuncie o governador.

Deputado Tadeu Leite, o PSDB entrou na Justiça para mandar tirar a página no sindicato, porque o sindicato denunciou o choque de gestão de Aécio e Anastasia. Como eles são filiados ao PSDB, O "site" do sindicato tem de ser fechado. Imaginem um negócio desses.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, parabéns pelo pronunciamento.

Gostaria de reiterar o que sempre falei nesta Casa, ainda mais no momento em que vamos discutir, analisar e votar um projeto que consolida a legislação tributária no Estado de Minas Gerais. É importante ressaltar que em Minas Gerais não existe justiça tributária. O orçamento é público, do povo, mas as ações do governo do Estado não chegam, de maneira harmônica, em todo o Estado. Neste Estado não se pratica justiça tributária, porque a incidência tributária é sobre serviços supérfluos, como a comercialização de joias. Praticamente, o setor da mineração não recolhe nada. Realmente, o governo penaliza e sacrifica as famílias mais pobres, mais carentes, hajam vista os serviços públicos essenciais, como, por exemplo, os da Copasa. As famílias não aguentam os preços exorbitantes das tarifas de água. Muitas vezes, são cobrados serviços que não são prestados devidamente, como o tratamento de esgoto. A população tem de pagar um preço muito alto por ele, mesmo ele não existindo nos Municípios.



Em relação à energia elétrica, nem se fala. Ela é a energia mais cara do Brasil. A prestação desse serviço vem perdendo qualidade a cada ano. Há acidentes fatais, com morte de trabalhadores e de outras pessoas. Acompanhamos a precariedade desse serviço em todo o Estado. Ele é essencial à população, que paga a maior carga tributária do Brasil por ele.

A qualidade dos serviços públicos é péssima. A Polícia Civil está em greve, as delegacias não funcionam e os Prefeitos não pagam o conserto das viaturas nem o aluguel da delegacia. Não temos segurança pública no Estado. As viaturas não rodam. Esse serviço é precário.

Quanto à educação, V. Exa. falou muito bem. Insistimos sempre na implementação do piso salarial, que dá o mínimo de dignidade, mas é muito pouco. E o Estado não cumpre a lei federal referente a essa questão.

O Estado insiste nas propagandas enganosas. Gasta-se muito mais com publicidade do que, efetivamente, com a execução das políticas públicas no Estado. Gostaria apenas de reiterar o nosso posicionamento. Em Minas Gerais, não se faz justiça tributária, principalmente com a população mais carente, que precisa de melhor saúde e educação. O governo não cumpre os mínimos constitucionais estabelecidos para investimentos em saúde e em educação, que são áreas prioritárias.

O Deputado Rogério Correia* - Muito bem lembrado, Deputado Elismar Prado. No dia 11 próximo, está marcado um grande protesto de trabalhadores, em nível nacional. Eles vão fazer manifestações e greves pelo País afora, para que alguns aspectos da vida política e institucional do País sejam priorizados.

O primeiro ponto reivindicado em todo o Brasil se refere à reforma política e à reforma institucional. Depois de todos os movimentos, vimos que os partidos políticos, sem distinção, os parlamentos e os governos, de modo geral, andam com pouco crédito. Tínhamos uma ponta de esperança de o Congresso Nacional pautar a reforma política, mas, Deputado Hely Tarquínio, nada. Parece que o Congresso Nacional acha que a poeira baixou, e a discussão da reforma política morreu de novo. Acho que no Brasil é mais fácil fazer uma revolução social do que uma reforma política. É impressionante! Às vezes é mais fácil fazer uma revolução completa do que uma reforma política e eleitoral. Reformar instituição é difícil demais. A poeira baixou um pouquinho, e o Congresso Nacional se finge de morto. Eles falam que isso não estava colocado nas ruas. Como não? Se as ruas rejeitam a institucionalidade, está em questionamento todo o sistema democrático, que precisa melhorar. Mas, nada. Estamos vendo novamente o Congresso adormecido.

A Presidenta Dilma mandou uma proposta de plebiscito. Primeiro, ela sugeriu uma constituinte exclusiva para fazer a reforma, mas absolutamente nada. Parece que o Congresso vai se fingir de morto. Ou se faz um movimento mais forte, ou a reforma política não sai novamente do papel. Estamos esperançosos de que o movimento do dia 11 possa lembrar ao Congresso que o povo não desistiu da reforma política. Portanto, convido o povo brasileiro a participar das manifestações nas ruas no dia 11. É claro que deve ser de forma pacífica, mas vigorosa, para mostrar que o povo brasileiro não se esqueceu das reivindicações.

O segundo ponto apresentado pelo movimento se refere à saúde e à educação. Aqui, em Minas Gerais, os movimentos sociais incluíram uma reivindicação que quero lembrar aos Deputados e ao povo de Minas Gerais: a suspensão, o fim do termo de ajustamento de gestão - TAG -, e a imediata implementação do mínimo constitucional na saúde e na educação. Essa reivindicação está na pauta do movimento do dia 11. Já temos greve marcada na saúde e na educação. No setor de segurança pública, ela está sendo discutida. Os sindicatos ligados aos eletricitários, à Copasa, aos metalúrgicos incluíram na pauta o fim do TAG. Querem que o governo e o Tribunal de Contas o suspendam imediatamente e passem a aplicar o mínimo constitucional na saúde e na educação. Isso está na pauta da reivindicação que será levada às ruas na manifestação da quinta-feira, dia 11. Ressalto que, em Minas Gerais, incluíram um ponto importante. Querem discutir com o governo para realocar os recursos que desde 2003 saíram da saúde e da educação, mais de R\$8.000.000.000,00. Isso está, portanto, incluso na pauta específica de Minas Gerais. Repito a reivindicação: que os recursos de saúde e de educação constitucionais retornem para o lugar de onde nunca deveriam ter saído - das escolas, dos hospitais, do salário dos professores, das professoras, dos médicos, do pessoal da saúde de nível médio e superior, que também ganha muito mal, psicólogos, enfermeiros. Enfim, que esses recursos sejam garantidos, de fato, a esses setores.

Então, faremos um dia 11 vigoroso, com manifestações pelo Estado e pelo País afora para pautar, com muita força, a reforma política e eleitoral. Não dá para não atender esse reclame popular, que foi um movimento tão grande, contrário às instituições da forma como estão funcionando.

Sr. Presidente, além disso, quero reiterar o nosso apoio à PEC da transparência total na Assembleia Legislativa. Ou seja, que todo voto seja feito pelo painel eletrônico. Que cada Deputado responda por seu voto em todas as circunstâncias, seja o voto secreto passar a ser aberto, seja o voto que era feito pelo método simbólico passar a ser pelo painel eletrônico.

Sr. Presidente, já que o tempo se esgota e não queremos a suspensão da reunião para votar essa PEC, gostaríamos que fosse feita a recomposição de quórum para sabermos se existe ou não possibilidade de votação da matéria, se bem que o Deputado Ulysses Gomes está inscrito para falar e ele mesmo poderia tomar essa iniciativa. Retiro meu pedido.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Ulysses Gomes.

O Deputado Ulysses Gomes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, na discussão em 1º turno do Projeto de Lei nº 3.968, que altera a Lei nº 6.763, Lei do ICMS, tive oportunidade de debater sua tramitação na Comissão de Fiscalização Financeira. Essa proposição encaminhada pelo Governador prevê inúmeras isenções e benefícios fiscais a vários setores da economia mineira. O intuito é reformar, reorganizar e propor alguns avanços. Assim como discutimos na Comissão projetos com Regime Especial de Tributação - RET -, somente nessa proposta tratamos de dezenas de setores com isenções e incentivos fiscais. Somente este ano mais de 30 setores foram beneficiados através dos RETs, diminuindo-lhes a aplicação ou isentando-os do ICMS.

Fazemos uma grande observação: mesmo aprovando os projetos na Comissão para atender a inúmeros setores, apenas algumas empresas são beneficiadas. Quando a matéria é aprovada na Comissão, concedemos benefício a um setor da economia e não a uma empresa específica. E, ao tomar conhecimento desse benefício e o solicitar, infelizmente a empresa não o consegue, em virtude da burocracia, da demora ou da estrutura montada para isso. Tenho acompanhado algumas empresas que tentaram esse benefício há mais de seis meses, prepararam-se, elaboraram e entregaram toda a documentação, pagaram a taxa de mais de R\$1.500,00 para serem



avaliadas, mas, infelizmente, não conseguem ter o mesmo direito da sua concorrente. Os motivos que estão por trás disso é que nos assustam. Por que se vota um projeto para todo um setor da economia, e apenas um amigo é atendido?

Ao falar desse projeto, especificamente, destacamos um aspecto muito importante que requer a atenção de quem nos acompanha. Nesse Projeto de Lei 3.968, uma das propostas apresentadas pelo Governador é a extinção da cobrança de uma taxa de serviço a que tem direito por lei. Além disso, ele ganhou na Justiça o direito de ter o pagamento das seguradoras de carros. Como isso ocorre hoje? Qualquer cidadão que tem um carro - aqui está o documento de um deles - e precisa emitir o documento, com as taxas e os impostos, paga o chamado seguro obrigatório.

O valor desse seguro obrigatório, como consta no documento de qualquer pessoa do Estado de Minas Gerais, é de R\$105,65. Obviamente não vou entrar em detalhes da tabela, mas o valor final é de R\$105,65. Na composição desse valor, além do IOF, do custo do seguro, do valor do Denatran, do fundo nacional, também temos o custo do bilhete cobrado de cada cidadão, no total de R\$4,15. Aí, somam-se a esses R\$4,15 mais R\$45,50 do FNS; R\$0,05 e R\$0,06 do Detran, do Denatran; IOF, R\$0,40; custo, R\$0,50, assim totalizando R\$105,65, o chamado seguro obrigatório. Então para onde vão esses R\$4,15, a título do custo do bilhete?

Esses recursos recolhidos de todos os cidadãos vão para um fundo, e esse serviço é prestado por todas as seguradoras do Brasil. Soma-se, então, o seguro obrigatório. Sendo assim, o serviço de seguro obrigatório é prestado pela composição de uma associação de todas essas seguradoras. Esses R\$4,15, a título de custo do bilhete, é referente aos serviços que o Estado presta: informações, cadastro, emissão do bilhete. Porque, quando isso é retirado na delegacia - agora se pode recebê-lo em casa -, há um custo para o Estado. Quando o Estado foi questionado para prestar informações à Secretaria de Fazenda, ele afirmou que, para manter essa estrutura, oferecer as informações desse serviço e a manutenção deles, há um custo aos cofres públicos de algo em torno de R\$160.000.000,00. No entanto foi votada aqui, nesta Casa, uma lei que obriga as seguradoras a reembolsar ao Estado esses recursos, pois as seguradoras recebem esses R\$4,15, Deputado, mas as informações são prestadas pelo Detran, enquanto o Estado diz que, para prestar esses serviços, gasta algo em torno de R\$160.000.000,00. Portanto o Estado investe para prestar esse serviço às seguradoras. Acontece que a lei votada nesta Casa determina que essas seguradoras devem repassar ao Estado parte desse custo. E, em um projeto de lei, ele fica abaixo do que o Estado diz que gasta. O repasse fica em torno de R\$50.000.000,00. Digamos aqui, um terço daquilo que o Estado gasta.

Depois da aprovação desse projeto de lei, as seguradoras entraram na Justiça contra o Estado, alegando que não deveriam pagar a ele: "Recebemos isso aqui, pegamos a informação, então esse dinheiro é nosso". Enfim, fez a defesa. O Estado, na sua defesa, diz que tem direito, é legal, e que está na lei que aprovamos aqui. Obviamente o Estado fez a sua defesa e ganhou na Justiça, dizendo claramente: "é de direito, é legal, e a seguradora tem de nos pagar".

Então, desde o início deste ano, o Estado tem direito, apesar de dizer na ação claramente, pela informação da Secretaria de Fazenda, que tem um custo de R\$160.000.000,00. Ele gasta esse valor para emitir e para organizar todas essas informações, mas por lei tem o direito de receber apenas um terço, cerca de R\$50.000.000,00. E o Estado até então não cobrou. Aí vem o Governador propor, nesse projeto de lei que estamos discutindo aqui, dentre vários assuntos, como dezenas de isenções fiscais, benefícios e incentivos fiscais, a revogação desse artigo.

O item 2.44, dentro do art. 94, diz: (- Lê:) "A emissão, o processamento e a cobrança de documento de arrecadação do DPVAT, por qualquer meio, com base em dados cadastrais consolidados e atualizados por proprietários de veículos, custa para o Estado 3 Ufems". Ou seja, hoje R\$7,50. O Estado, nesse projeto que votaremos aqui, está revogando esse artigo. Com isso estamos votando o seguinte: o Estado está abrindo mão de um direito por lei, conquistado na Justiça, que diz que custa R\$160.000.000,00 e tem direito de receber R\$50.000.000,00. Ele está dizendo para as seguradoras, a partir desse projeto de lei: "Não quero esses R\$50.000.000,00, não preciso. Eu gasto R\$160.000.000,00 para fazer esse serviço, mas não preciso desses R\$50.000.000,00 que tenho direito de receber".

É esse o nosso questionamento. O Estado, que se apresenta e questiona seu endividamento, a dificuldade que estamos enfrentando; o Estado, que não investe o mínimo na educação, na saúde, que não investe na segurança pública. Estamos vendo aí a deficiência do Estado na segurança pública. Se não fossem os Prefeitos, em cada uma das cidades... Tem de colocar dinheiro para a gasolina, pessoal administrativo, falta efetivo na polícia. Esse Estado, que, para a Emater e o Corpo de Bombeiros funcionarem, depende das Prefeituras; esse Estado, que anuncia a dificuldade de recursos, está abrindo mão de um direito, e nós, cidadãos comuns - falando como um cidadão -, já pagamos o seguro obrigatório. Todos que já regularizaram sua documentação, só este ano, pagaram R\$105,65 a título de seguro obrigatório. Na composição desse recurso, R\$4,15 está na seguradora. É um direito do Estado, que presta o serviço, que tem a estrutura, que emite, que pede as informações, receber esse recurso. Nada mais nada menos que um direito de R\$50.000.000,00, de um custo que ele alega ser três vezes maior do que isso. E ainda está abrindo mão. Pode dizer que é muito pouco. Mas é um dinheiro que já pagamos, que o cidadão já pagou e que está na seguradora. Não estamos cobrando mais nada de nenhum cidadão que já pagou isso. Está lá, na seguradora, e ela deve pagar o Estado.

Fui até questionado por alguns companheiros: mas isso é papel da Oposição? Deveria ser papel da Situação questionar por que o Estado está abrindo mão de recurso. Estamos aqui querendo compreender, entender por que o Estado está abrindo mão de um recurso, que é legal, é de direito, está justificado. O Estado alega categoricamente, na defesa que fez, na ação no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, contrário à ação das seguradoras, que ele emite as informações. Essas informações têm um custo pesado para o Estado - a sua estruturação custa, em média, R\$160.000.000,00. A lei dá direito ao Estado de receber um terço, R\$50.000.000,00. Serei repetitivo aqui até ter uma resposta condizente com essa situação. O Estado tem direito de receber, o dinheiro está lá, foi pago por todos nós. Mas o Estado vem com esse projeto de lei e diz: "Não quero. Eu gasto. Ganhei na Justiça, tenho direito, mas não quero R\$50.000.000,00. O povo de Minas quer. Queremos, aqui na Assembleia, saber por que, quais as conversas, os bastidores disso.

Hoje à noite iremos à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, às 19 horas, fazer uma audiência pública. Quero aqui, de público, agradecer ao ex-Deputado Antônio Júlio, hoje Prefeito, que esteve muito tempo nesta Casa e, aliás, foi o autor dessa



legislação. Ele propôs esse projeto de lei, tem uma longa trajetória, um longo histórico. Um custo maior, menor, enfim, no ano passado essa lei foi votada e hoje está em vigor em Minas Gerais.

Convidei o ex-Deputado Antônio Júlio para vir a esta Casa; os representantes do Detran e do Denatran; aqueles que na ação judicial fizeram a defesa e prestaram as informações, como a Secretária de Fazenda; e os advogados do Estado, que apresentaram essa justificativa.

O argumento que apresento aqui não é de alguém que está criando factoides, nem de alguém com posicionamento de oposição; estou apresentando a justificativa que consta nos autos do processo alegadas pelo Estado de Minas Gerais. O Estado de Minas Gerais, ao apresentar suas defesas na ação judicial contra as seguradoras, alega que gasta isso, que custa isso para nós, para que possamos nos estruturar, termos as informações e emitirmos os documentos. Isso custa para o Estado R\$160.000.000,00. Não é o Ulysses que está falando esse valor, nem a Bancada do PT, é o Estado de Minas Gerais na ação contra as seguradoras. Não só por uma medida obviamente legal, mas também por uma questão judicial o Estado ganhou a ação na Justiça e hoje tem o direito de receber.

Esta Casa agora discute, em 1º turno, esse projeto com uma emenda revogando a revogação do Estado. Não faz sentido abrir mão desse recurso que é de direito, conquistado por lei e conquistado na Justiça.

Então fica aqui a nossa dúvida, o nosso questionamento, o nosso alerta e o nosso convite para que venham a essa audiência quem estiver interessado em saber o porquê disso. É importante estarmos juntos buscando respostas e alternativas condizentes para o que entendendo ser um absurdo: abrir mão de um recurso importante que o Estado tem como gasto e tem o direito de receber como forma de reembolso.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Primeiramente gostaria de parabenizá-lo, Líder do Governo que ocupa essa tribuna. V. Exa. disse bem, está fazendo o papel da liderança de governo, o papel do governo, que gosta de arrecadar. Tantas e tantas vezes estivemos com o Secretário de Fazenda pedindo a isenção do IPVA dos caixeiros viajantes, de antigamente, os representantes comerciais de hoje, e ouvimos que o governo não pode abrir mão da receita. Quantas e quantas vezes fomos ao Governador solicitando a desoneração do transporte público, iniciando pelo IPVA, que incide na passagem. O não pagamento do IPVA reflete no transporte público, Deputado, vai haver uma diminuição na passagem. O ICMS do óleo diesel para o transporte público deu no que deu. Por causa de uma passagem houve toda essa crise. E agora vemos as seguradoras - coitadinhas, tão difícil, tão onerosas, com uma dificuldade muito grande - sendo beneficiadas pelo Governo? Falta ao próprio Governador Antonio Anastasia tomar frente nessa situação. O próprio Governador tem de perguntar por que está-se fazendo essa gracinha para essas seguradoras.

Deputado Ulysses, vou aprovar a emenda de V. Exa., solicitando que desonere o transporte público, apresentando uma emenda. Já que é para ajudar, já que estão querendo ajudar as seguradoras, beneficiando-as, vamos beneficiar também o usuário do transporte público. Vamos tirar o IPVA dos ônibus. Vamos tirar o IPVA e desonerar a passagem. Hoje estamos pagando... Quantas vezes já disse isso, desde 2007, quando criei a frente para um transporte digno e de boa qualidade. Estou falando desde 2007 que é preciso desonerar o transporte público, e nada vem para esta Casa. Um projeto dessa natureza merece uma emenda do Deputado Alencar da Silveira.

' estar na reunião que V. Exa. pediu, Deputado Ulysses, e estarei tentando entender o porquê desse benefício para as seguradoras.

Deputado Ulysses Gomes, estamos agora, também, na reta final do período legislativo, tentando aprovar a nossa PEC. Estamos na dependência do Deputado Lafayette de Andrada. O projeto tira o 14º e o 15º salários do Judiciário, do Ministério Público e do Executivo. Não pode haver mais de 13 remunerações ao ano. Acabamos com isso, demos o exemplo aqui nesta Casa. Agora vamos acabar com isso no Judiciário, no Ministério Público, no Executivo, bem como nas autarquias. Vamos acabar com o pagamento de mais de 13 salários ao ano. Está nas mãos do Deputado Lafayette de Andrada. Faço um apelo à bancada de governo, a fim de cobrarmos do Deputado Lafayette de Andrada, que possamos votar até a quarta-feira essa PEC, que não permite aos integrantes do Judiciário, do Executivo e das autarquias receberem mais de 13 salários ao ano. O pessoal da Cemig, da Copasa, disso e daquilo não vai receber mais de 13 remunerações, ganhando os famosos 14º e 15º. Acabou na Casa e vamos acabar em geral. Este Parlamento já deu o exemplo há meses: o Deputado Dinis Pinheiro pôs em votação, e acabamos com isso aqui.

Deputado Ulysses Gomes, estamos acabando de acertar a nossa emenda, que é a emenda da sacolinha, o projeto da sacolinha, que deu lucros para o supermercado no ano passado. Havia um papo furado muito grande de que iria melhorar para o meio ambiente, que ainda sofre com as sacolinhas biodegradáveis que estão aí e que, aliás, fazem mal à natureza da mesma forma que as de plástico. Isso ocorre porque não há uma usina de compostagem. Assim, conto com o apoio de V. Exa. e dos demais pares para que possamos aprovar a obrigatoriedade da entrega da sacola biodegradável, oxibiodegradável, gratuitamente nos supermercados.

Com relação às sacolas retornáveis, o supermercado tem de ter a responsabilidade de disponibilizá-las com qualidade. Deputado Ulysses Gomes, quando compramos a sacola retornável no supermercado, ela fura, estraga, pois é de má qualidade. Agora vamos ter condições de entregar a sacola furada e pegar uma nova. Só poderemos comprar uma vez na condição de consumidores. Os donos dos estabelecimentos vão chiar, vão dizer que vão aumentar os preços das mercadorias. Pergunto a V. Exa. e ao Movimento das Donas de Casa: abaixou o preço de alguma coisa quando pararam de dar a sacola e começaram a vendê-la? Claro que não! Faturaram muito mais. Denunciei várias vezes aqui que compravam a sacola por R\$0,08 e a vendiam por R\$0,19. Denunciei isso para o próprio Presidente do sindicato, quando recebeu uma homenagem desta Casa numa reunião especial. Disse que estavam ganhando, tendo lucros com as sacolas, pois as compravam a R\$0,08 e as vendiam a R\$0,19, além do que ninguém pegava R\$0,01 de troco, portanto eram vendidas por R\$0,20. O maior lucro que o setor de supermercados teve no ano passado foi o da sacolinha, que o povo, a população pagou. Quem pagou foi quem paga o meu salário, o de V. Exa., porque somos empregados da população. E estamos aqui para fiscalizar.

Fiz essa denúncia o ano passado até conhecer, no Ministério Público, um Promotor chamado Dr. Amauri, que resolveu a questão. Ele me disse: "Já que a Assembleia Legislativa, o governo não tomaram providências, nós vamos proibir a venda de sacolas". E proibiram. Há um termo de ajustamento de conduta lá e vamos apresentar um projeto nesta Casa para que a sacola oxibiodegradável seja gratuita. Mas vai ser para o resto da vida? Não, pode ser que façam uma usina de compostagem. Nesse caso a natureza vai ganhar porque o próprio dono de supermercado vai ter a capacidade de montar uma usina e dá-la de presente para a população. Quando



houver uma usina de compostagem, o supermercado pode passar a vender essas sacolas biodegradáveis. Até então vamos dar, porque ela faz mal à natureza, da mesma forma como a de plástico e a oxibiodegradável. Mas no ano passado economizaram muito. Vamos juntar todos os supermercados de Minas Gerais, principalmente os de Belo Horizonte. Aqui os 171 pagaram. O representante do sindicato deles, numa reunião de comissão, disse-nos que poderia fazer alguma coisa para ajudar ou para prejudicar. Então, vão fazer para prejudicar. Tenho de ficar em paz com a minha consciência, por isso temos de fazer as coisas.

Não podemos deixar a própria D. Maria e o Seu José pagarem o preço que estavam pagando e só não pagam agora porque não podem vender mais essa sacola.

Sr. Presidente, Deputado Ulysses, temos vários supermercados querendo dar a sacola biodegradável e a sacola oxibiodegradável. E esses estabelecimentos estão sendo criticados pelos sindicatos, que estão tentando até multá-los. E pergunto a V. Exa., se um, dois ou três supermercados conseguem dar a sacola biodegradável, por que os outros não podem? Já que a necessidade é de lei, até quarta-feira aprovaremos nesta Casa o retorno gratuito das sacolas biodegradáveis e oxibiodegradáveis, exceto a sacola de plástico. A população vai receber essas duas sacolas gratuitamente do supermercado. É lógico que os costumes mudaram. Existem sacolas retornáveis, mas quem as vender será responsável por elas. Quando a sacola estragar, eles terão de dar outra, recolher a estragada e dar a ela a correta destinação.

Parabéns a V. Exa. pela defesa que faz da arrecadação do governo. Fica a sugestão para que possamos desonerar as passagens com um projeto de lei desta Casa, acabando inicialmente com o IPVA ou com o ICMS do óleo diesel que incidirão na tarifa. Podemos conceder várias outras benesses para ajudar a termos passagens com bons preços e exigirmos dos empresários um transporte de boa qualidade. Vamos cobrar da Prefeitura um bom sistema viário.

Aproveito o pronunciamento de V. Exa. para parabenizar o Prefeito Marcio Lacerda, pois outro dia falávamos sobre a imundície da BR-040, na chegada em Belo Horizonte, e o Prefeito ouviu esta Casa. Tivemos oportunidade de conversar com ele em uma solenidade ou em um jogo no Mineirão, e ele mandou limpar, maquiar toda aquela entrada da BR-040. Obrigado ao Prefeito, e a essa audiência na TV que criamos, a TV Assembleia. Parabéns a V. Exa e a esta Casa. Vamos tentar fazer o melhor, porque podemos mudar, podemos fazer isso, temos condições. Fomos eleitos para legislar e fiscalizar. Temos de ajudar.

Quero lembrar que na sexta-feira inauguramos a reforma do hospital do Serro. E conseguimos com o governo do Estado as máquinas da Ruralminas para que o Rio Itabirito, que dá nome à cidade, fosse desassoreado. Isso foi um trabalho nosso. E depois chamamos o Presidente da Ruralminas para expor, em uma comissão, o que realmente foi feito. E houve a parceria do Prefeito com o Deputado Jayro Lessa e não com o Diretor da Ruralminas. O Deputado Jayro Lessa não está aqui, mas ele pode confirmar o que estou falando. Em Itabirito, no final do ano passado, fomos até a Ruralminas e conseguimos as máquinas para a limpeza do rio. Houve a parceria com o Prefeito Manoel da Mota, que havia perdido a eleição, mas estava disposto a fazer essa limpeza. Fomos lá e levamos o Presidente da Ruralminas, que é homem e que chegará aqui e falará a verdade; vai chegar aqui e mostrar que homem tem de ter palavra; que homem tem de falar o que realmente aconteceu. O Presidente da Ruralminas vai falar isso aqui e vamos mandar umas matérias para refrescar a memória dele. Estivemos com o Presidente da Ruralminas, que é homem e vai falar. Homem tem de ter palavra, tem de ter brilho, olhar no olho. O Deputado Alencar esteve lá no final do ano, estivemos em Itabirito com a Secretaria de Meio Ambiente e não conseguimos iniciar a limpeza, pois viria a chuva e poderia levar a máquina. O novo Prefeito, Alex Salvador, tomou posse.

Ele há de dizer que “depois que o novo Prefeito, Alex Salvador, tomou posse, o Deputado Alencar da Silveira Jr. conversou com o Secretário de Meio Ambiente, que, generoso, marcou um encontro na Ruralminas, ao qual o Deputado compareceu acompanhado do Deputado Jayro Lessa”. Nesse encontro, ele reafirmou esse compromisso, e as máquinas lá estão. Isso é fruto de trabalho meu e do Deputado Jayro Lessa, não do Diretor da Ruralminas, que é filho do Prefeito de Mariana. Não queria falar sobre isso, Deputado, mas agora ele está chegando a Itabirito e dizendo, como Diretor da Ruralminas, que os Deputados Alencar da Silveira Jr. e Jayro Lessa não pediram nada. Tenho certeza de que o Deputado Jayro Lessa já estava denunciando isso há mais tempo. Hoje, também nós queremos fazer um pedido ao governo do Estado, lembrando que teremos eleições no próximo ano: que marque uma data para que Secretários, Diretor da Ruralminas e outros saiam de seus cargos. Do contrário, fica muito fácil: o Diretor, que candidato e é quem pode liberar a máquina, pode dizer que ele é quem está fazendo isso.

Infelizmente, no Brasil não basta legislar e fiscalizar, temos de ser despachantes de luxo. O Deputado não é nada mais, nada menos do que um despachante de luxo: pega um Prefeito e luta pela cidade dele. Então, o desassoreamento, a limpeza do rio em Itabirito, que está sendo feita desde o início do ano passado, é fruto de trabalho nosso, o que pode ser certificado pelo Presidente da Ruralminas, que julgo, até o momento, uma pessoa correta, que sabe falar a verdade. Isso também pode ser certificado pelo Deputado Jayro Lessa.

Agradeço a V. Exa. a concessão do tempo, na certeza de que vamos votar um projeto dessa natureza, com a emenda de V. Exa., se, na reunião do governo, não forem convencidos desse benefício, dessa bondade para as seguradoras. Muito obrigado.

O Deputado Ulysses Gomes* - Agradeço o aparte ao Deputado Alencar da Silveira Jr.

Voltando ao tema que nos propusemos a debater, esse projeto de lei, em sua composição, propõe várias ações importantes de incentivos e benefícios fiscais, mas deixa-nos com um grande questionamento em relação ao DPVAT, o seguro obrigatório, ressaltando que esperamos que ninguém necessite fazer uso desse benefício ou serviço.

Na última sexta-feira, Deputado Adelmo Carneiro Leão, participei, em São Lourenço, da instituição do maior consórcio de Municípios do Brasil para serviços do Samu, que será iniciado, Deputado Rogério Correia, no Sul de Minas. É um consórcio de 153 Municípios: o maior consórcio e a maior política macrorregional de ação do governo federal no serviço do Samu.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - São recursos do governo do Estado?

O Deputado Ulysses Gomes* - São recursos do governo federal, Deputado. É importante reconhecer que é uma ação tripartite, compartilhada entre o governo federal, que investe os recursos; o governo do Estado, que faz o gerenciamento; e as prefeituras, que se organizam para pagar toda essa estrutura administrativa.

Sem dúvida, é um grande serviço que teremos de organizar até o final do ano em toda a região Sul de Minas, descentralizando a ação e tornando melhor o atendimento em um serviço, hoje fundamental em todo o Brasil, de urgência e emergência, que agora é instituído no Sul de Minas. Gostaria de desejar muito sucesso ao jovem Prefeito João Paulo, de Monte Sião, que está assumindo esse desafio, pois foi eleito Presidente desse consórcio do Samu. Certamente o Prefeito João Paulo vai se dedicar muito à frente desse trabalho para fazer com que o Sul de Minas e, conseqüentemente, o Estado tenham um excelente serviço de urgência e emergência. E aproveito para agradecer ao Secretário de Atenção à Saúde, companheiro Helvécio Magalhães, que, representando o Ministério da Saúde e o governo federal, esteve na região para deixar claro o interesse do governo federal em melhorar esse atendimento.

Esse é um trabalho que já vem sendo implementado, mas agora, com a instituição do consórcio, vai dar um grande salto de qualidade no serviço de urgência e emergência no nosso Estado de Minas Gerais; em especial, neste caso, na região do Sul de Minas, que instituiu o Samu Sul, que vai atender 153 Municípios da composição da nossa região, Sul e Sudoeste de Minas, a chamada Macrorregião Sul.

Por fim, quero registrar que a nossa emenda, que discutiremos em seguida, propõe a retirada dessa proposta do governo. Votaremos, sim, esse importante projeto de lei, mas essa ação do governo, que revoga tal cobrança das seguradoras, é, de fato, um absurdo. Até o momento, não nos foi dada uma justificativa plausível, condizente com toda a situação que estamos vivendo. Obviamente, há uma decisão política por parte do governo do Estado de abrir mão desse recurso, mas fica aqui o nosso questionamento. Não faz sentido o Estado de Minas Gerais abrir mão desse recurso, tendo o direito por lei, tendo o direito conquistado na Justiça, de receber esse recurso das seguradoras - recurso esse pago por cada um de nós, contribuintes, quando pagamos o nosso seguro obrigatório, que custa a cada um de nós, igualmente, R\$105,65; em que R\$4,15 desse montante são a título do serviço, do custo da emissão dos dados, desse processamento de dados. Não faz sentido, mesmo o Estado na necessidade que tem de recursos. Se fosse para uma isenção, para abaixar algum imposto, alguma taxa do contribuinte, a questão seria outra. Se estivéssemos discutindo aqui a revogação dessa taxa que se cobra do contribuinte, do cidadão, seria uma outra questão. Agora, revogação para a seguradora que recebe do contribuinte, que recebe de cada um de nós, cidadãos, ao pagarmos o seguro obrigatório, isso não faz sentido. Nesse caso não importa o valor, porém, se é para tratar de valor, se o Estado alega que o custo dele é três vezes maior do que ele tem direito de receber, ele teria de estar lutando para receber a totalidade. E eu estou aqui defendendo que o Estado, pelo menos, permaneça com o que está na lei, que é o direito de receber um terço daquilo que está na lei e que ele ganhou na Justiça, segundo ação em que as seguradoras entraram contra o Estado.

Então, exatamente por isso, posiciono-me aqui contrário a esse artigo. Existe uma emenda de nossa autoria que propõe a revogação desse artigo, para que permaneça conforme está na legislação - que o Estado receba esses recursos e invista, no caso presente, em cobrir o custo que tem hoje ou invista em outras ações nesse setor; mas que, de fato, receba esse recurso. Fica aqui o nosso registro, o alerta da nossa emenda, colocando-a em pauta para discussão. Aliás, fica também aqui um convite para um ato hoje, às 19 horas, quando esperamos aprofundar o debate, com a presença do Estado, seja da Secretaria de Fazenda, seja dos advogados do Estado, seja do Detran, para nos informarem, claramente, a respeito de tal fato, com justificativas claras.

Tive a oportunidade de me reunir com membros do governo que, na oportunidade, foram muito atenciosos, porém, infelizmente não foi possível apresentarem dados e informações que justificassem o porquê dessa ação do Estado nesse projeto de lei. Então, fica aqui o registro e o convite, para hoje, segunda-feira, às 19 horas, juntos, debatermos, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em audiência pública, tal mudança nesse projeto de lei que o Governador apresenta.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Ulysses Gomes, quero cumprimentá-lo por estar muito atento, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa, àquilo que pode beneficiar a nossa sociedade de Minas Gerais e às decisões do governo do Estado que podem prejudicar esse povo.

O Deputado Adelmo presidiu uma Comissão Especial nesta Casa que discutiu exatamente a dívida do Estado. Hoje a dívida do Estado está em mais de R\$80.000.000.000,00. Então não há compreensão disso de forma alguma, não se concebe abrir mão de receita na situação em que estamos. Mesmo que o Estado não tivesse essa dívida, não haveria justificativa. Mais ainda com essa situação de endividamento. Inúmeros empréstimos estão passando por esta Casa e sendo aprovados, alguns sem o apoio e o voto da Bancada do PT, porque exatamente achamos que o endividamento tem de ser resolvido. Então, de fato, quero concordar com V. Exa. que não se entende essa atitude. Será muito oportuna essa audiência pública, quando outras informações deverão ser trazidas a esta Casa. "A priori" concordo perfeitamente com V. Exa. que não há nenhuma justificativa. Vamos ver se logo aparece alguma justificativa, porque, "a priori" e à primeira vista, e com o estudo que está sendo feito até hoje, não se concebe isso em hipótese alguma. Acredito que será praticamente impossível o governo ter argumentos e dados para defender essa atitude de abrir mão de receita. Não podemos aceitar. Se temos de abrir mão de receita, que seja para a população, principalmente a população mais pobre.

Estamos com um problema gravíssimo de mobilidade e discutindo isso no País inteiro. Então qualquer recurso, por menor que seja, é muito importante para que o transporte coletivo de massa tenha qualidade e haja diminuição do preço da passagem. Então vamos isentar a população para que ela tenha um transporte coletivo gratuito - isso tem justificativa -, mas, quanto a isentar operadoras grandes, empresários que não precisam disso de forma alguma, isso não podemos aceitar.

Mais uma vez, quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho brilhante e por estar sempre atento a essas questões, que parecem simples, mas são muito complexas e muito importantes, sobretudo agora que a população cobra transparência dos órgãos públicos, dos parlamentos, e que a população tenha vez e voz. Num debate certamente a população também não aceitará, em hipótese alguma, que o governo do Estado abra mão de receitas do nosso Estado. Obrigada.

O Deputado Ulysses Gomes* - Muito obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Mais uma vez, obrigado a cada Deputada e a cada um dos Deputados e àqueles que nos acompanham. Espero que, não só no debate na audiência pública, mas também no debate da votação do projeto e das nossas emendas, possamos aprofundar e compreender melhor o porquê disso, e então garantir um direito que é do Estado de Minas Gerais. É esse papel que estamos tentando cumprir aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Vêm à Mesa as Emendas n^{os} 3 a 7, que foram publicadas na edição do dia 9/7/2013.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda dos Deputados Gilberto Abramo e Carlos Henrique, que recebeu o n^o 3, duas do Deputado Ulysses Gomes, que receberam os n^{os} 4 e 7, uma do Deputado Gilberto Abramo, que recebeu o n^o 5, e uma do Deputado Fred Costa, que recebeu o n^o 6, e, nos termos do § 2^o do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer. A Presidência informa ainda que as emendas encaminhadas pelo Governador do Estado por meio da Mensagem n^o 448/2013, publicadas em 17/5/2013, foram contempladas no parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e serão arquivadas, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 9, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 9/7/2013.). Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Hely Tarquínio, Alencar da Silveira Jr. e Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação - Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 3/2011; votação nominal do Substitutivo n^o 1 ao vencido em 1º turno; aprovação; declarações de voto; questão de ordem; declarações de voto; questão de ordem; declaração de voto - Chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para votação de proposta de emenda à Constituição - Suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sintrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Às 9h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, considerando que há na pauta matérias que exigem quórum qualificado – certamente são quatro propostas de emenda à Constituição – e que há um consenso entre os parlamentares tendo em vista a votação dessas matérias na parte da manhã, solicito a V. Exa. que proceda à recomposição do quórum, porque ainda há Deputados em comissões e nos gabinetes. Assim, poderemos compor o quórum necessário para a votação das referidas matérias.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Adalclever Lopes) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 56 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.



Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.681/2012 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera os arts. 55, 56, 62 e 70 da Constituição do Estado. Extingue, nos casos que menciona, o voto secreto no âmbito da Assembleia Legislativa. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram “sim” os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adalmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vitor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

O Deputado Juarez Távora - Meu voto é “sim”.

O Deputado Deiró Marra - Declaração de voto, Sr. Presidente. Meu voto é “sim”.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Quero declarar meu voto, Presidente. É “sim”.

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram “sim” 59 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 3 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Informo aos Deputados e às Deputadas que este é um momento histórico da Assembleia Legislativa, fruto da construção coletiva, da construção solidária e vem reafirmar, mais uma vez, o compromisso desta Casa com o pensamento, com a opinião, com o saber do mineiro e da mineira. Tenho falado - e repito aqui - que a Assembleia está num processo de evolução permanente. Todos nós, revisitando a nossa história recente, vamos nos lembrar, por exemplo, da Assembleia cada dia mais ética, da Assembleia cada dia mais solidária, da Assembleia cada dia mais participativa, da Assembleia cada dia mais cidadã.

Relembro aqui, por exemplo, a Assembleia de Minas, de forma embrionária e inédita, sepultando, por exemplo, o pagamento do 14º e do 15º salários. Relembro aqui também, dentro deste Parlamento cada dia mais transparente, cada dia mais compromissado com o pensamento da sociedade mineira, a eliminação, por exemplo, do pagamento das sessões extraordinárias. É um Parlamento que cada dia busca, incansavelmente, uma relação pacífica, uma relação consensual com o mineiro e com a mineira. Portanto, como empregado dos mineiros, quero aqui, mais uma vez, reverenciar a sabedoria, o caráter, a retidão, a decência, os atributos dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas. É dessa maneira que a Assembleia de Minas vai dar a sua contribuição para o engrandecimento de Minas Gerais na busca permanente de uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais solidária.

Portanto, quero parabenizar cada um de vocês, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, por este momento histórico e que realmente altera, sobremaneira, a mentalidade do Parlamento, que se torna cada dia mais maduro, cada dia mais sintonizado, traduzindo em realidade os sonhos e as aspirações dos mineiros.

Declarações de Voto

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente e Srs. Deputados, este é um momento muito interessante para o Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais. O Poder como um todo revelou inteligência emocional e presença de espírito para entender que o momento era oportuno para avançar. Quero, nesta oportunidade, na condição de relator da proposta, fazer alguns registros para não ser injusto com ninguém. O primeiro deles refere-se ao autor da proposição, Deputado Sargento Rodrigues. Na época em que ele a apresentou, ela resguardava dois sistemas de votação secretos. E ele ouviu minha opinião, como relator da proposta. Com o passar dos tempos, os Deputados João Leite e Ivair Nogueira apresentaram um substitutivo que avançou e abriu o voto secreto para todos os procedimentos que até então eram secretos. O relator foi sensível naquele momento, e, da mesma forma, o substitutivo me animou a enfrentar a questão na sua totalidade. Ouvi o Presidente da Assembleia, e ele também manifestou a sua preferência pelo avanço. Com o Presidente da Comissão, Deputado Rômulo Viegas, também não foi diferente. Mais de uma vez, ele me procurou perguntando se o parecer era para a abertura total ou parcial, e lembrei a ele que teria o objetivo de sintetizar o pensamento do momento. O papel do relator, numa proposição como essa, é sintetizar o que pensa a maioria da Casa, isto é, nem sempre a sua totalidade. A votação externada no painel mostrou que todos os presentes entenderam que o momento era de avançar. Portanto, fica aqui o meu registro, a minha admiração e o meu respeito a todos aqueles que acompanharam e participaram. Quando o parecer já estava elaborado, surgiu a nova emenda de alguns colegas, dos Deputados Adalclever Lopes, Sávio Souza Cruz, Rômulo Viegas, Sargento Rodrigues e de mais um outro de que não me lembro o nome, que propuseram a votação nominal. Como profissional do direito que sou, hesitei em encampar uma forma quando se tratava apenas de uma matéria substantiva e não de um procedimento a ser adotado. Entendi que, para facilitar a aprovação, também era necessário encampar aquela sugestão, e assim o fizemos. Portanto, fica aqui o meu registro, a minha admiração, e espero que este momento que parece muito importante seja de fato muito importante para o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.



O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas - Obrigado, Presidente Hely Tarquínio. Quero rapidamente agradecer a V. Exa. a distinção que me foi concedida ao ser eleito Presidente da Comissão. Quero ainda parabenizar todos os Deputados e as Deputadas Estaduais que votaram a favor da PEC, bem como cumprimentar e distinguir o Deputado Sargento Rodrigues, autor dessa proposta de emenda à Constituição. Cumprimento ainda os membros da Comissão, os Deputados Adalclever Lopes, Sávio Souza Cruz e Sebastião Costa, que foi o relator, e também os Deputados João Leite, Ivair Nogueira e todos aqueles que deram a sua contribuição para a apresentação da PEC nº 3, que realmente muda o processo de votação na Assembleia de Minas Gerais. Na Presidência do Deputado Dinis Pinheiro, muitas coisas boas foram realizadas a favor da população. Houve uma transformação explícita por meio do Presidente, do Secretário Dilzon Melo e de toda a Mesa Diretora. Presidente, Deputado Hely Tarquínio, a população está esperando muito mais que uma reforma política, isto é, uma reforma comportamental da classe política. Aliás, a Assembleia Legislativa de Minas dá o exemplo, e esperamos que o Congresso brasileiro faça o mesmo. Parabéns, Deputado Sargento Rodrigues e todos os Deputados que indistintamente deram a sua contribuição e levaram ideias na última reunião, que contou com a participação expressiva dos Deputados Sávio Souza Cruz, Adalclever Lopes, João Leite e Sargento Rodrigues. Parabéns. Essa é mais uma grande vitória para a transparência e para a democracia do Parlamento de Minas Gerais.

O Deputado Sargento Rodrigues - Primeiramente, Presidente, quero agradecer ao conjunto dos Deputados desta Casa. Tivemos a iniciativa dessa proposta em fevereiro de 2007, quando apresentamos a primeira proposta de emenda constitucional, que tramitou durante toda aquela legislatura até o final de 2010. Naquela época, não conseguimos o consenso para que ela pudesse ser aprovada. Assim sendo, em fevereiro de 2011, reapresentamos a emenda. Sobre a proposta de emenda constitucional, é importante lembrar que foi preciso correr atrás da assinatura dos companheiros para que eles permitissem a sua tramitação. A proposta tem, como primeiro signatário, este Deputado, que vem persistindo e lutando para que realmente a Assembleia viva um momento ímpar na sua história: dar publicidade e transparência maior. Uma proposta de emenda constitucional não é construída sozinha. Precisa não só de 26 assinaturas para a sua apresentação, mas também do crivo de, no mínimo, 48 Deputados, em dois turnos. Apesar de ser o primeiro signatário, quero deixar claro e reconhecer publicamente que nenhuma proposta de emenda constitucional passaria ou passa pelo Parlamento sem o acordo e a concordância de todo o conjunto de Deputados desta Casa. Então, 59 Deputados disseram “sim” ao fim do voto secreto, e quem ganha com isso é o cidadão. Ganha por quê? Porque terá uma transparência ainda maior em todas as votações que a Assembleia vai realizar de agora em diante. Portanto, quero agradecer a todos os Deputados, aos Deputados que compuseram a comissão especial, aos Deputado Rômulo Viegas e ao Deputado Sebastião Costa, relator, que, com muita paciência e jeito, soube conduzir esse processo para que ele maturasse e chegasse ao ponto em que estamos. Quero também agradecer ao Deputado Sávio Souza Cruz e ao Deputado Adalclever Lopes, que também deram uma expressiva contribuição. Quero dizer, Sr. Presidente, que a Assembleia de Minas, ao votar hoje a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, inovou em todos os parlamentos do Brasil. Ela foi mais adiante, Deputado Dilzon Melo, 1º Secretário. Quando digo que ela foi mais adiante foi porque ela extinguiu a votação simbólica nos projetos de lei ordinária, nos projetos de resolução e nas leis delegadas. Portanto, ela inovou. Esses projetos também passarão a ser votados nominalmente. Quando o Deputado identifica-se em um processo de votação em que fala “sim” ou “não” ou “em branco” ou se abstém, está dizendo ao cidadão, ao eleitor: “Nós somos mais transparentes nos atos que praticamos no Parlamento”. Por último, quero cumprimentar o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, que tão bem vem conduzindo esse processo. O Deputado Dinis Pinheiro tem tido a ousadia e a capacidade de ouvir o que as ruas estão dizendo e cobrando. Já que, Deputado Hely Tarquínio, no Congresso Nacional as coisas não andam na velocidade que o cidadão brasileiro gostaria, esta Casa vem fazendo a sua parte, no limite da sua competência. Quem dera se pudéssemos, Deputado Dilzon Melo, fazer a reforma política que é a reforma das reformas que todos nós desejamos, que todos nós queremos. Mas dependemos no Congresso Nacional. Quem sabe a Assembleia de Minas, mais uma vez, erguendo a sua voz por meio dos seus representantes legítimos, possa ecoar das montanhas mineiras seu trabalho para que o Congresso Nacional acorde. O gigante das ruas já acordou e está dizendo a todos nós: queremos mudanças e transformações. Assim, Minas Gerais dá o exemplo para todas as Assembleias do Brasil e também para o Congresso Nacional. Parabéns aos 59 Deputados que aqui disseram “sim” a essa proposta. Parabéns ao Poder Legislativo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e telespectadores da TV Assembleia, chegamos ao cabo de um processo muito interessante, que leva o Parlamento de Minas, a nossa Assembleia, a um avanço inegável. Iniciada a tramitação dessa proposta de emenda à Constituição, em 2001, por inspiração do Deputado Sargento Rodrigues, ela, de plano, obteve o apoio da grande maioria do Bloco Minas sem Censura. Os Deputados do PMDB, PT e PRB aderiram à proposta e ajudaram a dar o apoio regimental exigido na sua tramitação. Ela tratava – e, às vezes, percebo que se faz uma confusão – de acabar com o voto secreto. O voto aberto é diferente do voto nominal. Então, ela tratava basicamente do processo de apreciação de vetos e de eleição de membros do Tribunal de Contas. Já em tramitação no 2º turno, foi inspirado pelo Deputado Adalclever e, por extensão, a Bancada do PMDB e do Bloco Minas Sem Censura apresentamos a sugestão de radicalizar a transparência, extinguindo não só o voto fechado, mas também o voto simbólico. E é o que acabamos de fazer. Assim, vamos abranger um número muito mais expressivo de proposições; o posicionamento de cada parlamentar ficará claro, transparente para toda a população de Minas Gerais. Todas as proposições que constam no art. 63 da Constituição – lei delegada, proposta de emenda à Constituição, projeto de lei ordinária, projeto de lei complementar – serão votados, de agora em diante, mais que pelo processo aberto, pelo processo nominal. Sr. Presidente, o que vamos fazer, em outros termos, é acabar com aquele ritual antigo de votação. As pessoas menos familiarizadas com o processo legislativo ficam assustadas e têm uma certa decepção quando veem ser votado um projeto, sem quórum, mais ou menos assim: “Os Deputados que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado”. Isso acabou. De agora em diante, cada proposição será realmente aprovada na Assembleia Legislativa de Minas pela maioria dos seus membros, cujos votos poderão ser identificados pelo povo de Minas. Portanto, se não me engano, nos tornamos a primeira Assembleia Legislativa a extinguir o voto simbólico no trâmite de proposição legislativa. Se ele ainda existir em questões de requerimento ou de menor importância, naquilo que é fundamental à democracia e ao ordenamento jurídico do Estado de Minas Gerais, as proposições legislativas,



independentemente do seu “status”, a votação estará preservada. Doravante, a votação aberta e nominal garantirá ao povo de Minas acesso transparente ao posicionamento de cada um dos 77 membros desta Casa. Estendo meus cumprimentos a todos os 59 Deputados que perceberam a necessidade dessa mudança e destaco alguns deles: o Deputado Sargento Rodrigues, autor da proposição original, ao Presidente Dinis Pinheiro, cujo posicionamento favorável a essa PEC fez, inegavelmente, que ela pudesse tramitar com certa celeridade no final deste semestre legislativo; a bancada do Bloco Minas Sem Censura, que, pela minha visão, aprofundou essa transparência com a sugestão que acabei de escrever; e, por extensão, a todos os membros da Casa. Acho que esta Casa hoje está de parabéns. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez estou aqui para parabenizar esta Casa, todos os seus 77 Deputados. O pontapé inicial foi de iniciativa do Deputado Sargento Rodrigues, que recebeu o apoio de 40 Deputados. Sr. Presidente, acima de tudo, temos de parabenizar a direção desta Casa, o Deputado Dinis Pinheiro, que fez com que o processo andasse. Lembro-me de que, há 17 anos, ocupei a tribuna - ainda não existia esta do lado esquerdo, só a do lado direito - e pedi a criação da TV Assembleia, que daria transparência a esta Casa, que levaria à casa de cada telespectador as transmissões das reuniões. Houve uma grande rejeição e, acima de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, naquele momento vimos dificuldade: a Casa era fechada, não andava e seu Regimento tinha de ser modernizado. E isso só ocorreu, logo após, com a minha participação na primeira reforma do Regimento, depois que cheguei a esta Casa. Adotamos esse caminho da transparência e nesses 17, 18 anos, Sr. Presidente, a Casa vem evoluindo. Nesta gestão, sob a liderança do Presidente Deputado Dinis Pinheiro, fizemos o certo: acabamos com o voto secreto e com as reuniões extraordinárias. Fizemos o que a população queria: acabamos com o voto secreto. Não poderia deixar de parabenizar os autores das emendas, que também ajudaram a conquistar essa vitória, que é desta Casa e da população mineira. Parabenizo o Deputado Ivair Nogueira, que deu a sua contribuição, trabalhou e apresentou as suas emendas e o substitutivo, e o Deputado João Leite, que também conhece esta Casa e sabe das suas necessidades. O Deputado Sávio Souza Cruz disse que esta Casa está se modernizando e dando transparência às suas ações. Penso que esteja agilizando os trabalhos. A partir do momento em que a Casa retira a votação secreta, acaba, por exemplo, com os pedidos constantes do Deputado Rogério Correia de verificação das votações. Deputado Rogério Correia, isso acabou. Agora mostraremos a cara de cada um que está neste Plenário. Encaro com muita tranquilidade, quando se fala em Tribunal de Contas, as votações secretas do Plenário. Ninguém é obrigado a tratar, mas todos são obrigados a cumprir. Até hoje, em todas as votações para Conselheiros do Tribunal de Contas, feitas por votação secreta, por necessidade, vinha e venho a este Plenário sabendo em quem votar. A pessoa em quem votarei sabe, e a pessoa em quem não votarei também sabe, diferente de outros que dizem que votarão no João e, na hora de votar, votam no Afonso. Isso acaba agora. Será dada essa transparência e segurança a quem disputa um cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas e tantos outros. Hoje esta Casa dá um exemplo para o Brasil. Todas as assembleias do País estarão recebendo a nossa votação e o nosso avanço, que é do Parlamento. Sr. Presidente, tenho a certeza absoluta de que faremos isso. Aproveito o ensejo para solicitar ao Presidente da Ruralminas e ao Tiago Cota que venham a esta Casa. Enquanto o Presidente da Ruralminas não vier mostrar o trabalho que foi feito pelos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Jayro Lessa, para desassorear o rio em Itabirito, com as máquinas que estão lá, com certeza não sossegarei. Todas as vezes que ocupou esta tribuna, me lembrarei do Presidente da Ruralminas e do Diretor que ali está, que está dizendo que as benesses dessa empresa são feitas por ele. Agora quero deixar bem claro que estou aguardando o pronunciamento do Presidente da Ruralminas, para mostrar a esta Casa o que está fazendo neste governo. Está na hora de começarmos a trocar. Tenho a certeza absoluta de que brevemente teremos novidades na Ruralminas. Temos de começar a trocar o que ali está, pois a transparência e a credibilidade têm de existir em todos os órgãos. Esta Casa mostrou hoje que mudou e está mudando. Parabéns Deputado João Leite, Deputado Ivair Nogueira, pelo seu trabalho, Deputado Sargento Rodrigues, pela iniciativa, e Deputado Dinis Pinheiro. Temos de ter essa mesma transparência na Ruralminas, sob o comando de seu Presidente e dos seus Diretores, que estão usando essa fundação para, no próximo ano, disputar votos com todos os senhores. Muito obrigado.

O Deputado Elismar Prado - Obrigado, Sr. Presidente. Na mesma direção dos que me antecederam, gostaria de parabenizar esta Casa, todos os seus pares, Deputados e Deputadas, pela importância do que votamos, pelo seu significado histórico e pelo avanço na democracia e transparência. Sr. Presidente, Deputados e telespectadores, nós, representantes, que somos constantemente cobrados pelos nossos representados, temos o dever de prestar contas dos nossos posicionamentos nesta Casa. Os nossos representados, os eleitores e a sociedade como um todo - e não só os que votaram em nós - têm o direito de acompanhar como vota a sua Deputada ou o seu Deputado. Para mim foi uma honra e uma satisfação ter sido coautor dessa matéria. Parabenizo o Deputado Sargento Rodrigues e todos aqueles que também foram coautores da matéria e ajudaram não só na assinatura para permitir a sua tramitação, mas também na sua votação hoje. Essa matéria é de fundamental importância. Sempre defendi o fim do voto secreto, desde que era Vereador em Uberlândia. Fui Vereador, legislador municipal, Deputado Federal e, agora, tenho a honra de pertencer à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Naquela época já era autor de um projeto da mesma natureza que propunha o fim do voto secreto no Poder Legislativo Municipal. Infelizmente, naquele momento, não tínhamos condições favoráveis, não recebemos o apoio da maioria dos Vereadores nem a cobrança da sociedade como, felizmente, há hoje. Realmente acho que o povo precisa ser cada vez mais crítico, mais consciente e mais exigente dos seus direitos. Essa decisão de hoje está em consonância com aquilo que a vida nos cobra: mais transparência e mais democracia.

Agora o eleitor vai poder acompanhar de perto como a sua Deputada e o seu Deputado se posicionam em matérias tão importantes para o nosso Estado. Não quero falar deste Parlamento, mas de todos: ao longo da minha trajetória política, acompanhei muitos discursos eloquentes que defendiam o povo, mas, na hora do voto, votava-se contra ele. Muitas vezes a verdade se esconde nos votos secretos e nessa nuvem de fumaça que é jogada no processo legislativo. Agora, com toda a transparência e democracia, o eleitor vai acompanhar como vota o seu Deputado, se ele o defende na tribuna, em suas entrevistas, em seus discursos, em seus pronunciamentos e se, na hora do voto, se posiciona, de fato, favoravelmente aos interesses do povo de Minas Gerais. Isso é muito importante. Quero parabenizá-los e dizer que é uma honra também ter sido coautor dessa matéria. A Casa Legislativa de Minas Gerais, a Assembleia realmente avança no sentido da democracia. Parabéns, Sr. Presidente! Parabéns a todos os Deputados! Muito obrigado.



Questão de Ordem

A Deputada Rosângela Reis - Sr. Presidente, quero que fique registrado nos anais desta Casa o meu posicionamento incondicional à PEC nº 3, que derruba o voto secreto no Parlamento mineiro. Isso traz transparência e mais confiança para a população mineira. Independentemente dessas manifestações que estão ocorrendo em todo o Brasil e no Estado de Minas Gerais, este Parlamento tem uma responsabilidade muito grande: a de fazer mais por Minas Gerais. Eu estava no meu gabinete, mas quero deixar registrado o meu posicionamento favorável à PEC nº 3. Muito obrigada.

Declarações de voto

A Deputada Luzia Ferreira - Sr. Presidente, hoje demos um passo importante. A representação exige uma relação de confiança entre o representante e o representado, que é o eleitor. Isso é muito difícil de ser construído, às vezes, no voto proporcional, porque somos eleitos no Estado todo. Em um Estado como Minas Gerais, com 853 Municípios e milhões de eleitores, há dificuldade para o eleitor que nos confiou essa delegação acompanhar o nosso trabalho, a nossa manifestação. Nos últimos anos, o Parlamento - na democracia é assim mesmo - evoluiu muito. As mídias sociais permitiram isso. A internet também possibilita que o eleitor acompanhe, “on-line”, ao vivo, os nossos debates, os nossos trabalhos nesta Casa. Por meio de um processo recente, exigimos mais transparência em questões como gastos públicos, gastos de gabinete, verbas indenizatórias. Há uma lei estabelecendo que os salários de servidores – e não apenas de parlamentares – sejam publicados. Isso aumenta a confiança do eleitor, essa legitimidade. Então, o eleitor podia acompanhar as questões de ordem financeira, de organização administrativa da Casa e de cada um de nossos gabinetes, mas faltava acompanhar a nossa manifestação de mérito sobre os diversos temas debatidos aqui. Isso é muito importante. É fundamental que a população, os eleitores possam cada vez mais nos identificar com aquilo que também pensam, ou seja, votar em um candidato que os representa por suas ideias, e não por ser apenas de sua cidade, por haver nascido ali. Assim, o eleitor está dando legitimidade ao nosso mandato. O voto aberto é um caminho para ampliar essa confiança, que é fundamental no exercício do nosso mandato. Esta Casa deu um passo importante para melhorar a representação, porque essa não é somente uma questão temporal, do atual mandato, mas persistirá para a frente. Vou citar como exemplo o projeto de lei que cria o Conselho da Cidadania LGBT, que está tramitando nesta Casa. É um projeto polêmico. Realizamos uma audiência pública para ouvir segmentos interessados nesse projeto. Há um posicionamento político importante neste momento em que vivemos. Alguns Deputados podem ser contrários a isso. É importante que a sociedade saiba o que pensamos sobre determinado assunto. É muito relevante, isso valoriza o Parlamento, a representação, principalmente neste momento em que os jovens foram às ruas. Uma das questões fundamentais é cobrar um novo jeito de fazer política, uma nova forma de organização das instituições. Captamos bem este momento. Há momentos que valem por décadas. Há momentos em que se maturam ideias, projetos e propostas que estavam tramitando, mas não haviam despertado uma consciência que indicasse um consenso ou maioria. Os 15 dias que abalaram o Brasil valeram por décadas. O Congresso se moveu, as Câmaras de Vereadores estão se movendo, a Assembleia se moveu para votar projetos que estavam tramitando aqui, buscando essa consolidação de consenso ou de maiorias há algum tempo. Isso também é muito relevante, mostra que não estamos surdos, que sabemos entender o que está acontecendo na sociedade. Assim melhoramos a nossa representação. Parabéns à Assembleia, à Mesa. Parabéns de forma especial o Deputado Sargento Rodrigues, que foi o responsável por fazer esse assunto prosperar, entrar em pauta. É um batalhador incansável. Quero, então, render-lhe minhas homenagens. Obrigada.

A Deputada Liza Prado - Sr. Presidente, fico muito contente com a votação dessa matéria no dia de hoje, porque persigo esse ideal de transparência desde que era Vereadora, não só eu, mas também muitos que aqui estão. O Deputado Elismar Prado fez uma ótima consideração. Na época, o Deputado Federal Weliton Prado, que também foi Vereador em Uberlândia, abordou o assunto. Eu já havia apresentado essa matéria, buscamos um ambiente favorável, mas, infelizmente, não conseguimos. Posteriormente, o Vereador Wilson, em Uberlândia, conseguiu transformar o voto secreto em voto aberto. Hoje não há mais voto secreto na Câmara de Uberlândia. Estou feliz por ser coautora e poder votar favorável à matéria, pois entendo que estamos fortalecendo a democracia. Esse ambiente realmente proporcionou essa votação. Estamos em um novo momento. As instituições estão sendo questionadas com muita razão. É importante que estejamos cada vez mais firmes para mostrar que há pessoas e parlamentos diferentes. Nem todas as pessoas são omissas e sem compromisso com a população. A representação exige transparência, exige que o eleitor, a população possa acompanhar o trabalho do parlamento com mais tranquilidade, com mais facilidade. O Deputado Alencar da Silveira Jr. falou muito bem sobre a necessidade de transparência em outros órgãos. Assim também digo que seria importante termos essa transparência. Por isso instalamos aqui a CPI da Telefonia. Que possamos também saber como são feitas as peças orçamentárias. Com muito tecnicismo, é difícil a população acompanhar. Estamos dando um passo para melhorar, dar respaldo para que a população fique satisfeita com a representação. Cumprimento as pessoas do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública. Estamos indo ao Salão Nobre para o lançamento de mais assinaturas; é Minas perseguindo mais qualidade de vida. Agradeço aos colegas Deputados o apoio ao meu projeto, que trata da Comissão da Verdade, que é um movimento de todas as pessoas que lutam pela liberdade, pela democracia. É de minha autoria, mas tem o apoio de todos os colegas desta Casa. Maria Tereza, considero um avanço. O projeto prevê a indicação de sete pessoas para a Comissão da Verdade, a fim de dar sustentação à Comissão Nacional da Verdade. Esse projeto foi muito importante. O Governador indica as sete pessoas. Estou solicitando uma reunião com todos os movimentos, a exemplo do movimento de desaparecidos políticos, do movimento pela anistia, enfim, de todos os que lutam para mostrar que houve um período na nossa história que nos envergonha. É preciso resgatar a verdade e examinar a história. Sinto-me honrada por ser autora desse projeto. No Parlamento, momentos como esses nos deixam satisfeitas por podermos representar bem a população de Minas Gerais. Deixo a todos um abraço. Cumprimento todos que votaram essa matéria para que realmente possamos honrar o povo do nosso Estado.

O Deputado Fabiano Tolentino - Sr. Presidente, amigos Deputados, amigas Deputadas, estou feliz, pois hoje é um dia especial nesta Casa. Acordei cedo sabendo que seria um dia especial, com a Casa cheia. Contamos com a presença de 59 Deputados. É óbvio que ainda faltam 18. Num dia tão especial, o ideal é que os 77 parlamentares estivessem presentes, mas tivemos quórum mais do que suficiente para votar a matéria, extinguindo o voto secreto. Este ano, extinguimos o 14º e o 15º salários. No início do ano, fui o



primeiro Deputado a abrir mão do 14º e do 15º salários e fui acompanhado por mais cinco parlamentares. O Presidente, muito sensível, conseguiu extingui-los. A Mesa fez a resolução, que representou um avanço muito grande. Houve elogios dos meios de comunicação e dos cidadãos nas ruas. Agora o Deputado Alencar da Silveira Jr. destaca a importância da transparência de outros órgãos. O momento da transparência deve ser para lutarmos por dias melhores. Já extinguímos os pagamentos de reuniões extraordinárias, o que foi muito importante, mas temos mais a fazer. Hoje temos projetos importantes para serem votados, pois mudam a Casa. Um deles extingue a recondução à Presidência, na mesma legislatura, e aos outros cargos da Mesa. O rodízio é importante, inclusive dos membros da Mesa. Temos um espetacular Presidente, mas é bom haver outras lideranças; é bom que possamos também ter a possibilidade de nos apresentar e integrar a Mesa. A rotatividade é importante. Parabenizo o Deputado Jayro Lessa pela iniciativa. Quando eu era Vereador na Câmara Municipal de Divinópolis e faltei, abri mão daquele dia de salário. Fui o primeiro a fazer isso. Temos que fazer o mesmo aqui. Vejo Deputados que não vêm a reuniões ordinárias. Já assinei a proposta de emenda à Constituição para que, em caso de falta, o dia seja cortado. Em qualquer empresa, se o cidadão não trabalha, o dia é cortado. Na Casa do povo, também deve ser assim. Sou favorável a essa proposta de emenda à Constituição, bem como o Deputado Sargento Rodrigues. Temos de viver este momento de mudança, e Divinópolis dá "show". Lá foram realizadas duas passeatas, com mais de 10 mil pessoas e nenhuma desordem. Foram passeatas muito boas, reivindicando e cobrando de nós, Deputados, melhorias; cobrando melhorias na MG-050, que tanto necessita ser duplicada até Divinópolis. O momento é de a população ir às ruas para cobrar, e nós, como antes legislativos, como antes públicos, temos de ouvir e saber fazer bem. Esta Casa está de parabéns. Hoje avançamos. Extinguímos o 14º e o 15º salário e, agora, o voto secreto. É muito importante destacarmos este momento de avanço. Agora todos saberão a ideia, a opinião de cada Deputado que aqui está. Sr. Presidente, não poderia deixar de declarar o meu voto. O momento é ímpar, as ruas pedem por isso. De agora em diante, muita coisa vai mudar. Hoje é difícil ser Deputado, todos têm dificuldade. Às vezes, somos jogados numa vala comum. Tentamos fazer o melhor trabalho, mas a mídia, em geral, nos coloca como iguais. Esta Casa dá exemplo de que é diferente, vai na frente, é de vanguarda e hoje extinguiu o voto secreto. Que todas as Casas nos acompanhem. Parabéns, Sargento Rodrigues e todos os 59 Deputados que aqui estiveram e votaram a favor dessa grande proposição. Agora esta Casa tem cara nova, diferente, porque aqui é a Casa da transparência. Muito obrigado, Sr. Presidente. É essa a minha declaração de voto.

O Sr. Presidente (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara, para declaração de voto.

A Deputada Maria Tereza Lara - Deputado Alencar, Presidente desta reunião, queria dizer também do momento importante que vivemos. Que ele possa contribuir para o resgate do significado da verdadeira política. É isso o que a sociedade está exigindo no momento. Há generalização, como se todos os políticos fossem corruptos, irresponsáveis, o que não é verdade, não contribuí com a democracia. A verdadeira política é sagrada, porque propicia o bem comum. Extinguímos o voto secreto e o voto simbólico, o que resgata a transparência e facilita o controle social. A sociedade precisa acompanhar o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, mesmo que não seja eletivo. Somente com controle social vamos aperfeiçoar a democracia e fazer prevalecer a justiça e a verdade. Pelo Deputado Hely Tarquínio, que também preside esta reunião, tenho grande admiração. É um parlamentar, filósofo. Quero, de público, dizer isso. Mais uma vez gostaria de cumprimentar o Deputado Sargento Rodrigues, a Mesa da Assembleia e a todos os parlamentares que propiciaram este momento importante na Assembleia de Minas, com a aprovação dessa proposta de emenda à Constituição. É um passo. Temos de nos unir. O Poder Legislativo é imenso. Quando nos unimos em torno do bem comum, podemos fazer grande bem. Acredito na política e nos políticos, naqueles que são verdadeiros e querem o bem comum, e rechaço qualquer forma de se macular o Parlamento. Se o fecharmos, haverá ditadura, e jamais queremos ditadura novamente no País. Portanto, cumprimento mais uma vez esta Casa, nesta manhã memorável da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Bosco.

O Deputado Bosco - Caro Deputado Hely Tarquínio, que, de forma competente, conduz os trabalhos desta reunião, nesta manhã de hoje, uma manhã por demais especial, em que votamos matéria extremamente importante, sobretudo para este Parlamento. Daqui a pouco haveremos de avaliar outras matérias importantes. Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, público que nos acompanha por meio da TV Assembleia e da internet, o nosso voto foi favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, e não poderia ter sido diferente. Quando fui Vereador em Araxá, minha cidade, por quatro mandatos, na década de 1990, derrubamos o voto secreto. Desde aquela ocasião, entendíamos que aquele Parlamento deveria ser o mais transparente possível e que nosso eleitorado teria o direito de saber o passo a passo do trabalho do seu representante. Isso se aplica também ao Estado e à Assembleia Legislativa. É um momento que ficará nos anais deste Parlamento. A partir da votação desta PEC, todo cidadão mineiro terá a oportunidade de acompanhar, mais de perto, o voto de cada parlamentar desta Casa. Mas gostaria também de dizer que, sem dúvida, é um avanço. Por isso, cumprimento o Presidente Dinis Pinheiro, que sempre defendeu a bandeira de tornar o Legislativo mineiro cada vez mais transparente para todas as regiões do Estado. Na pessoa do Presidente, cumprimento o Deputado Sargento Rodrigues e todos os Deputados, que, numa somatória de esforços, tornaram este momento possível. Acho que ele representa um avanço significativo, sobretudo para o respaldo do nosso trabalho nesta Casa. Mas gostaria de salientar, ainda, que tão importante quanto o voto aberto é o voto consciente. É preciso que cada um de nós tenha a consciência de votar matérias que sejam de interesse do povo de Minas Gerais. Só dessa forma vamos corresponder aos mineiros que representamos. É importante o voto aberto, mas também o voto consciente, o voto alicerçado nas inspirações e nas demandas do povo mineiro. Gostaria de cumprimentar todos os Deputados que aqui estiveram votando favoravelmente à PEC que extingue o voto secreto na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, caríssimos parlamentares, telespectadores da TV Assembleia, hoje, com certeza, pela manifestação do nosso Presidente Dinis Pinheiro, estamos comemorando a história do Parlamento mineiro. Sempre foi o propósito deste Parlamento, da Mesa Diretora e dos parlamentares buscar ações em defesa do povo mineiro. Não poderia ser diferente hoje. Estamos anunciando a Minas e ao Brasil a mudança de nosso Regimento, as novas orientações, por meio da relatoria do Deputado Sebastião Costa e da nossa comissão especial, mudanças que vêm ao encontro das necessidades de Minas e dos brasileiros. São ações inovadoras. Parabenizo todos os signatários da proposta, a Comissão Especial e os Deputados que trabalharam na melhoria



da PEC. É importante quando se vê, inserido no contexto da Constituição Mineira, um dispositivo tão importante. Com certeza, esse dispositivo vem ao encontro do interesse de todos da comunidade, quando definitivamente estamos sepultando o voto secreto. A Casa é transparente, e os Deputados sempre procuram, em seu trabalho, em sua atividade, corresponder à transparência do Parlamento. Quero, mais uma vez, parabenizar o nosso Presidente Deputado Dinis Pinheiro, por colocar, em primeira mão, essa PEC nº 3/2011 em votação, após exaustivamente debatida por esta Casa, pela Comissão Especial, em que emiti parecer para que pudesse ser aprovada por todo o colegiado nesta manhã. Parabéns, Minas! Parabéns ao nosso Parlamento e parabéns a todos aqueles que também trouxeram subsídios e enriqueceram essa proposta. Quero também pedir a todos os parlamentares compreensão e participação para que, logo em seguida, possamos votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de nossa autoria, que trata da mobilidade e acessibilidade urbanas. Se igualmente trabalharmos a favor da PEC de nossa autoria e de todos os parlamentares que também a subscreveram como trabalhamos a favor da PEC nº 3, definiremos, a partir da lei federal, a acessibilidade e a mobilidade no Estado de Minas Gerais, a fim de trazeremos melhores condições a todos que necessitam delas. Essa é a nossa proposta. Assim, gostaria de contar com a presença e participação de todos na votação dessa importante emenda, que fará inserir no bojo da nossa Constituição esse importante texto a respeito de mobilidade e acessibilidade urbanas. Muito obrigado.

O Deputado Duarte Bechir - Meu caro Presidente, Dr. Hely Tarquínio, nobres pares, senhoras e senhores, nesta manhã, a Assembleia de Minas, mais uma vez - e gostaria de enfatizar essa afirmação, mais uma vez -, dá exemplo de que as Casas Legislativas do nosso país podem e devem prestar um melhor serviço à coletividade, à nossa população, àqueles que aqui representamos. Disse, no início da minha fala, que elas podem e devem, pois esta Casa já está discutindo a dívida dos Estados e dos Municípios de nosso país. Estive pessoalmente no Rio Grande do Sul, acompanhando o Presidente, como membro da Comissão da Dívida. Fomos recebidos com muita festa, porque os gaúchos entenderam, como hoje entendem que esse assunto, de fato, é muito importante para o Brasil. Naquele momento, parabenizaram a nossa Assembleia Legislativa. Estava lá o nosso Presidente Deputado Dinis Pinheiro, o nosso Líder, Deputado Bonifácio Mourão, o Deputado Carlos Mosconi, eu e o nosso hoje Conselheiro Sebastião Helvécio, do Tribunal de Contas. Todos nos manifestamos e ganhamos não só a simpatia, mas também o apoio dos gaúchos. Esse apoio hoje se estende do Rio Grande do Sul até o último Estado do Norte e do Nordeste brasileiros. A Assembleia mineira também tem enfatizado a necessidade de que a União possa investir o percentual mínimo de 10% em saúde. Ouvimos as vozes nas ruas pedindo mais investimentos em saúde, mas a nossa Assembleia de Minas já estava tratando desse assunto tão importante. Hoje, nesta manhã, para nossa alegria e nossa felicidade, mais uma vez Minas dá exemplo para a Nação brasileira. A Assembleia de Minas, através da PEC nº 3, extingue o voto secreto. Como se não bastasse extinguir o voto secreto, a partir de agora acaba também com aquela votação simbólica em que os Líderes aceitam um trato de votar simbolicamente e os Deputados, às vezes, em pouco número, votam por todos nós ou votam por todo o povo mineiro. A partir de agora, manifestaremos, em nosso voto, o nosso desejo, a nossa posição individual. E acabou aquela questão de o Deputado não estar presente e, mesmo assim, a pequena minoria votar por ele, decidindo as questões. O objeto desta manhã mostra a Minas e ao Brasil a disposição da Assembleia de Minas de acertar, de buscar os melhores caminhos, os caminhos da transparência e da legalidade. Somos legisladores, e a legislação, além de nos cobrar a fiscalização, exige-nos também postura. E a postura adotada por esta Casa indica que o Brasil precisa buscar, no nosso sentimento, na nossa ação, a responsabilidade de cada uma das casas legislativas. Senhoras e senhores, tendo votado favoravelmente a essa matéria, saio daqui mais leve, mais feliz, pois acrescentei um pouco mais de responsabilidade ao meu compromisso de transparência. Não fui autor da proposta. Ela é de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, mas foi aprimorada por um conjunto de Deputados, liderados pelo Deputado Adalclever Lopes, do PMDB. Divido com todos os pares o sentimento de vitória de todos nós. É a vitória da responsabilidade de demonstrar o nosso posicionamento, na prática, aos nossos representados. Cada um pagará por aquilo que entende ser correto. Mostraremos a Minas Gerais o posicionamento individual de cada parlamentar. Nas votações, a partir de agora, só votará aquele que estiver presente. Isso é muito importante. Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta manhã será inesquecível, pois Minas mostra, mais uma vez, o caminho ao Brasil. Parabéns, Presidente Dinis Pinheiro! Parabéns, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pela importante votação ocorrida na manhã de hoje, na Assembleia de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Corrêa - Sr. Presidente, serei breve em minhas palavras, até porque meu pensamento segue a mesma linha do posicionamento dos que me antecederam. Parabenizo esta Casa, que, numa manhã histórica, demonstra, não apenas a Minas Gerais, mas também a todo o Brasil, que aqui as coisas ocorrem com a maior transparência possível e que esta Casa procura ir ao encontro dos desejos da população brasileira. A partir de hoje, todos os mineiros terão a oportunidade de saber como cada um de seus representantes vota os projetos apresentados. Mais que isso: os mineiros observarão que a votação é resultado de uma construção coletiva, não tendo sido uma ação isolada de um ou dois parlamentares. É um consenso em que os parlamentares percebem o desejo da população mineira de ver realizadas determinadas ações, como ocorreu em tantas que vêm sendo realizadas por esta Casa. Parabenizo o Presidente, Dinis Pinheiro, e os demais Deputados e Deputadas que hoje fizeram história nesta Casa. Gostaria de aproveitar a oportunidade, Deputado Gilberto Abramo, para dizer que presenciei nesta manhã mais uma demonstração de incoerência da atual administração de Belo Horizonte. Aqueles que conhecem bem a nossa Capital sabem que os pontos centrais da cidade são a Praça Sete e a Praça da Rodoviária. Não sei por que cargas d'água - coisas que só acontecem em Belo Horizonte, ao contrário do que ocorre nas outras Capitais -, a Prefeitura resolveu fechar a Avenida Paraná exatamente com a Avenida Afonso Pena, na parte de baixo. Já a havia fechado na parte de cima por causa do BRT, mas agora fechou a parte de baixo, do lado da Praça da Rodoviária, para fazer reformas. Pelo que vi anunciado nas faixas, isso ocorre desde o dia 2. Percebemos que a movimentação de terra foi quase nada, mas o trânsito está caótico. Eu retornava, infelizmente, do Cemitério do Bonfim, para participar da votação e, num trecho que não deve ser maior que 5 ou 6 Km, este parlamentar gastou quase uma hora, reflexo sobretudo dessa ação que a Prefeitura resolver empreender durante o dia. O trânsito da Capital vai ficar caótico hoje. Pode custar um pouco mais caro ao erário, mas o cidadão que paga seus impostos não pode ser penalizado. A Prefeitura deveria realizar essa obra na parte da noite, de madrugada, nos finais de semana, para que a população possa usufruir a obra depois. Espero também que o BRT fique pronto, que não seja mais necessário gastar dinheiro nisso e que o Prefeito consiga implementar definitivamente o metrô em nossa Capital. Desejo que meus sucessores, daqui a alguns



anos, possam usufruir um trânsito melhor. Eu, que moro no Belvedere, digo sempre que gasto, para percorrer um trecho de 7 Km, aproximadamente uma hora e meia e não percebo nenhuma ação da BHTRANS para melhorar o problema do trânsito na Capital. Enfim, venho aqui apenas lamentar. Por um lado, a Assembleia de Minas dá hoje uma demonstração para Minas Gerais de como se deve trabalhar. De outro lado, infelizmente não posso dizer o mesmo da Prefeitura.

Questão de Ordem

O Deputado Ulysses Gomes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero registrar meu voto favorável a esse projeto e compartilhar a mesma alegria de cada um dos Deputados e Deputadas que vivem este momento histórico. A Assembleia Legislativa, nesta legislatura, vem mostrando disposição, abertura e, mais do que isso, sintonia com as cobranças da nossa sociedade. O Deputado Alencar está comentando, e a primeira proposta que tive oportunidade de apresentar foi a PEC nº 8, transformada, depois de votada, na Emenda à Constituição nº 90. Foi a primeira Assembleia Legislativa do Brasil a extinguir o chamado mandato-tampão. Quantas vezes, no início das legislaturas estaduais e da do Congresso, vemos a mídia por todo o Brasil questionar, cobrar e argumentar contra esse gasto desnecessário? A Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi pioneira e acabou com isso, por iniciativa nossa e com a participação de tantos Deputados, projeto votado com o apoio de mais de 50 parlamentares. Foi uma ação sintonizada com aquilo que a sociedade quer. É o Parlamento fazendo de fato o que a sociedade quer e implementando mudanças no sentido da moralidade, da transparência. Naquele mesmo dia, aprovamos o fim do mandato-tampão, extinguímos o 14º e o 15º salários e hoje votamos essa ação de transparência, de dinamismo, de participação ativa da Assembleia Legislativa, ao estabelecermos claramente que os votos agora serão abertos, nominais. Não haverá mais nesta Casa acordos de votação, por mais que os procedimentos sempre tivessem sido legítimos e normais. No Plenário, ocorrerão ações importantes de cada legislador. O trabalho do Legislativo é muito consistente nas Comissões, mas a população que acompanha os trabalhos da Assembleia não compreende que é lá que a dinâmica da Casa acontece em sua essência. Ontem, tarde da noite, estávamos na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, debatendo temas importantes. A população apenas acompanha o final dos trabalhos, que também são importantes, mas ficam apenas na ação finalística do Plenário. Não podemos esquecer a grande importância do trabalho das Comissões na Assembleia. Hoje esse ato faz com que as ações culminem na presença de todos os Deputados, podendo a população acompanhar o voto de cada um dos Deputados e Deputadas desta Casa. Compartilho dessa conquista mais da sociedade que de nós Deputados. Estar como Deputado hoje, ter a oportunidade de ocupar esse mandato é um orgulho, é uma grande satisfação; porém, fazer parte desta legislatura que imprime atos na essência da palavra “moralidade”, de transparência e de participação, orgulha-nos ainda mais. Esse momento em que a sociedade clama, faz ecoar pelas ruas o desejo de que o processo democrático avance coloca-nos um desafio muito grande. Eu, em minha história para chegar até aqui, já tive oportunidade nos movimentos da igreja, da pastoral da juventude, nos movimentos sindicais, com a sociedade - e hoje encontramos vários mecanismos de participação popular, como os conselhos paritários, os movimentos, a Câmara, as audiências que provemos. No nosso mandato nesta Casa, ao longo de dois anos e meio, promovemos vários encontros de prestação de contas, mas é impressionante como geralmente não há disposição ou interesse da população em participar. Por outra lógica, em outro momento a sociedade agora se manifesta pelas redes sociais e nas ruas. Cabe a nós, de forma cada vez mais aberta, cada vez mais transparente e democrática, tentar compreender essa manifestação da sociedade. Aqui já a ouvimos, ao aprovarmos o voto aberto e transparente, em sintonia com o que a sociedade nos cobra. Parabéns à sociedade, que, mais uma vez, por seu manifesto, por sua cobrança, conquistou avanços. Esta Casa fez ecoar a voz da população, que cobra de nós, representantes públicos que hoje ocupamos temporariamente esse cargo representativo da democracia, a votação dessa importante conquista, o voto transparente e aberto de cada um de nós Deputados. Muito obrigado.

Declaração de Voto

O Deputado Glaycon Franco - Sr. Presidente, demais Deputados, Deputadas, gostaria de fazer coro com os nobres Deputados que fizeram uso da tribuna. Quero deixar registrado nos anais desta Casa a nossa alegria e satisfação por participar deste Parlamento mineiro, principalmente nesta terça-feira, ao votarmos e aprovarmos, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, do Deputado Sargento Rodrigues e de outros Deputados que são seus signatários. Gostaria de fazer uma saudação especial da Assembleia e ao Presidente Dinis Pinheiro, que, com a Mesa e com os demais Deputados, vem conduzindo o Parlamento mineiro com galhardia. Hoje o Parlamento mineiro é exemplo não só para o Brasil, mas também para outras Assembleias do mundo. Somos vanguarda na prevenção e no combate às drogas, haja vista que a Assembleia mineira foi a primeira do Brasil a instituir a comissão permanente de prevenção e combate a drogas. Somos também pioneiros na renegociação da dívida dos Estados. A Assembleia de Minas é pioneira e responsável, com o povo mineiro, por colher o maior número de assinaturas para o Assine + Saúde, grande projeto pelo qual, com certeza, nós Deputados, junto ao povo brasileiro, conseguiremos sensibilizar os nossos congressistas para aprovar mais recursos para a saúde do povo brasileiro. Esse é um projeto de grande alcance social. Registro a nossa alegria e satisfação pela PEC ter sido aprovada nesta manhã. Agora todos terão ciência dos votos dos Deputados, pois todas as votações serão abertas e cada cidadão mineiro poderá acompanhar seu Deputado, seu representante; saber qual é a sua postura, quais são os seus anseios e, acima de tudo, em que matéria votou a favor ou contra. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A partir de hoje, com a aprovação dessa PEC, o Parlamento mineiro começa uma página nova: antes do voto secreto e depois do voto secreto. Sem dúvida, foi um salto de qualidade na prática do dever moral de cada Deputado para o bem, para a virtude do povo mineiro.

Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 40 Deputados. Portanto, não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas o há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 hora e 15 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Sargento Rodrigues) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013

Presidência dos Deputados José Henrique e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Despacho de Requerimentos: Requerimento do Deputado Durval Ângelo; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011; encerramento da discussão; votação do parecer; aprovação; verificação de votação; questão de ordem; renovação da verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; renovação da votação do parecer; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação - Questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Doutor Wilson Batista, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Durval Ângelo em que solicita a retirada de tramitação do Substitutivo nº 1, de sua autoria, ao Projeto de Lei nº 3.540/2012. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Arquite-se o Substitutivo nº 1.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que altera os arts. 56, 66, 62 e 70 da Constituição do Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Ulysses Gomes - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.



O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.
O Deputado Glaycon Franco - Voto “sim”, Sr. Presidente.
A Deputada Rosângela Reis - Presidente, meu voto é “sim”.
O Deputado Duílio de Castro - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.
O Sr. Presidente - Estão computados. A Presidência verifica que apenas 22 Deputados conseguiram votar, devido a problemas no painel eletrônico.

Questão de Ordem

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, pela ordem. Solicito a V. Exa. a renovação da votação.
O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai renovar a verificação de votação do parecer. A Presidência vai proceder a nova verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.
- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.
O Deputado Elismar Prado - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.
O Deputado Celinho do Sinttrocel - Voto “sim”, Sr. Presidente.
O Deputado Pinduca Ferreira - Presidente, meu voto é “sim”.
O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram apenas 35 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Considerando que a pauta está repleta de proposições, incluindo três propostas de emenda à Constituição, matérias que exigem quórum qualificado para votação, solicito a V. Exa. que proceda à recomposição do quórum, se necessário, para votarmos essas matérias. É muito importante recompor o quórum para avançarmos nos nossos trabalhos.

O Deputado Paulo Guedes - Eu ia pedir a suspensão dos trabalhos para entendimentos, mas o Deputado já solicitou a recomposição do quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Paulo Guedes) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 48 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. A Presidência vai renovar a votação do Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Ulysses Gomes - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder a verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Pela ordem, Sr. Presidente. Meu voto não foi computado. É “sim”.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram “sim” 42 Deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação do parecer. Está, portanto, aprovado o Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2011. À promulgação.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, solicito a suspensão da reunião para fazermos alguns entendimentos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 2 horas e 15 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/6/2013

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Antonio Lerin e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antonio Lerin, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Resolução nºs 4.076, 4.078, 4.079/2013 e Projeto de Lei nº 3.893/2013 (Deputado Tadeu

Martins Leite) e Projetos de Lei nºs 3.664, 3.927 e 3.969/2013 (Deputado Antonio Lerin). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.893/2013. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 4.076, 4.078 e 4.079/2013 e dos Projetos de Lei nºs 3.664/2012 e 3.927 e 3.969/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2013.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente - Gilberto Abramo - Lafayette de Andrada.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/6/2013

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adalclever Lopes, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e os Deputados Adalclever Lopes, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Zé Maia, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes, conforme previsto no § 1º do art. 204 do Regimento Interno. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.103/2013 (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Jayro Lessa, Presidente - João Vítor Xavier - Romel Anízio - Ulysses Gomes.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/7/2013

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Anselmo José Domingos e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposição da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado da Casa Civil (4 e 22/6/2013); dos Srs. José Pedro de Amengol Filho, Diretor Regional dos Correios em Minas Gerais, e Fernando Becker Lamounier, Presidente da Câmara Municipal de Bom Despacho (15/6/2013); e de ofícios dos Srs. Marcos Memento, Prefeito Municipal de Nepomuceno, solicitando a intervenção desta Comissão junto ao Governador do Estado para que seja construída área para acostamento na pista da BR-265, entre o Município de Nepomuceno e o entroncamento com a BR-381, e Adolfo Garrido, Presidente da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil, encaminhando a “Carta de Aracaju”, elaborada durante o 10º Encontro Federativo Interestadual Sindical da FASDERBRA. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.194/2012 com a Emenda nº 1, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.889, 4.901, 4.902, 4.915, 4.925, 4.940, 4.941, 4.942, 4.944, 4.979, 4.986, 4.999, 5.001, 5.009, 5.030 e 5.031/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Celinho do Sinttrocel e Anselmo José Domingos em que solicitam seja encaminhado ao Coordenador do Procon Estadual pedido de informações solicitando seja encaminhado relatório contendo as reclamações recebidas pelo Procon nos últimos seis meses sobre a aviação regional; seja encaminhado ao Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac - pedido de informações sobre o quantitativo e as razões dos cancelamentos e atrasos de voos nos aeroportos regionais em Minas Gerais nos últimos seis meses; sejam encaminhadas ao Sindicato dos Aeronautas, ao Sindicato dos Aeroviários, ao Ministério Público do Trabalho de Campinas, ao Ministério Público de São Paulo em Campinas, ao Procon Campinas, à Anac, à Direção da Azul Linhas Aéreas, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais e ao Procon MG as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária; seja encaminhado ao Presidente da Anac pedido de providências para que as fiscalizações do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, e do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, em Belo Horizonte, sejam realizadas 24 horas por dia; seja realizada visita técnica à Anac com o objetivo de obter informações sobre a aviação regional no Estado de Minas Gerais e a situação da rota aérea Belo Horizonte – Ipatinga; seja encaminhado ao Presidente da Anac



pedido de informações acerca das medidas que adotará para impedir os recorrentes cancelamentos, remanejamentos, suspensões e atrasos de voo na aviação regional do Estado de Minas Gerais; seja encaminhado ao Presidente da Anac pedido de informações para que seja encaminhado relatório das reclamações recebidas por essa Agência, relativas à aviação regional no Estado de Minas Gerais, nos últimos seis meses; seja encaminhado ao Presidente da Azul Linhas Aéreas pedido de informações sobre os motivos do cancelamento da linha aérea Ipatinga - Rio de Janeiro; seja encaminhado ao Presidente da Anac pedido de informações sobre o quantitativo e as razões de atrasos e cancelamentos de voos da empresa Azul/Trip no Aeroporto de Santana do Paraíso, no Vale do Aço, nos últimos seis meses; seja encaminhado ao Presidente da Azul Linhas Aéreas pedido de informações sobre o cronograma de implantação de novos voos no Estado de Minas Gerais, especialmente em Ipatinga; seja encaminhado ao Presidente da Anac pedido de informações sobre os motivos do cancelamento da linha aérea Ipatinga - Rio de Janeiro; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação dos aeroportos e dos serviços de transporte aéreo regional no Estado de Minas Gerais; e seja encaminhado ao Secretário de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para que o itinerário da linha Ipatinga - Santa Cruz seja estendido até os Bairros Caladão e Potira, a fim de atender os moradores da região; Bonifácio Mourão em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária aos representantes de diversas entidades públicas e privadas; Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para debater a aplicabilidade da Lei Seca e o atendimento de usuários dos transportes público e privado no Estado de Minas Gerais; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada audiência pública para debater o programa de rádio "A Voz do Brasil"; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Ouro Fino para debater a situação da Rodovia MG-290, no trecho que liga o Município de Pouso Alegre à divisa com o Estado de São Paulo, via Jacutinga, e as ações necessárias para a melhoria do referido trecho; Ivair Nogueira em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater e obter informações sobre os prazos para a conclusão das obras de pavimentação do trecho que liga o Distrito de Senhora do Carmo, em Itabira, ao Município de Itambé do Mato Dentro. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Anselmo José Domingos, Presidente.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/7/2013

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Rômulo Veneroso e Fred Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rômulo Veneroso, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fred Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício da Sra. Elisa Smaneoto, Diretora de Gestão Interna da Presidência da República, publicada no "Diário do Legislativo" em 15/6/2013. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.041/2011, no 1º turno, do qual designa como relator o Deputado Duílio de Castro. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 1.036/2011, no 1º turno (relator: Deputado Fred Costa). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Rômulo Veneroso em que solicita seja realizada audiência pública com empresas e demais proprietários de estacionamentos com a finalidade de debater os exorbitantes valores cobrados dos consumidores em Belo Horizonte; Fred Costa (3) em que solicita seja realizada audiência pública para debater os "recalls" de alimentos e bebidas resultantes da falta de fiscalização dos órgãos competentes; seja realizada audiência pública para debater formas de ressarcir os comerciantes dos prejuízos causados pela ação de vândalos durante manifestações públicas realizadas em Belo Horizonte em julho de 2013; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre indícios de formação de cartel entre as empresas cadastradas nessa Secretaria, em relação à aquisição da peça de fardamento da Polícia Militar denominada florão. A requerimento da Deputada Liza Prado, é adiada a votação do requerimento do Deputado Cabo Júlio em que solicita seja realizada audiência pública para debater o elevado preço do florão. A Presidência acusa o recebimento de requerimentos do Deputado Rômulo Veneroso em que solicita seja realizada audiência pública para debater e obter esclarecimentos sobre a legalidade da cobrança de taxa de esgotamento sanitário pela Copasa-MG; do Deputado Fred Costa (2) em que solicita seja realizada audiência pública para debater o reajuste para o consumo de energia elétrica em larga escala para alguns setores da indústria mineira; seja realizada audiência pública para debater o aumento do valor de pedágio na MG-050, entre as cidades de Mateus Leme e Itaúna. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Rômulo Veneroso, Presidente - Liza Prado - Fred Costa.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/7/2013

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Rogério Correia e Sebastião Costa, membros da supracitada



comissão. Estão presentes, também, os Deputados João Leite, Adalclever Lopes e Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei nº 3.769/2013, de autoria do Governador do Estado, que cria o Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CEC-LGBT - e altera a Lei Delegada nº 180, de 2011, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Deputado Jayro Lessa em que manifesta seu apoio à Carta de Parlamentares pela Paz na Colômbia; e do Sr. Leones Dall'Agnol, Chefe de Gabinete da Casa Civil da Presidência da República, informando que o Ofício nº 987/2013/SGM foi enviado aos Ministérios da Cultura, do Meio Ambiente, de Minas e Energia e à Secretaria de Direitos Humanos por ordem da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir Ana Cláudia da Silva Alexandre, Defensora Pública, representando Andréa Abritta Garzon, Defensora Pública-Geral do Estado; Maria Conceição Novaes Caldas, Conselheira do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região, representando Marta Elizabeth de Souza, Presidente desse Conselho; Andréa de Figueiredo Soares, Promotora de Justiça, representando Nivia Mônica da Silva, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos; Walkiria La Roche, Coordenadora Especial de Políticas de Diversidade Sexual de Minas Gerais; Leonardo Barbosa Curi, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, representando Cirlene Lima Ferreira, Presidente desse Conselho; William dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; Anyky Lima, Presidente do Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual; Osmar Rezende, Presidente da Libertos Comunicação; Carlos Henrique Bem Gonçalves, Coordenador Nacional da Articulação Brasileira de Jovens Gays; e Maria Emília Mitre Haddad, Presidente da Comissão da Diversidade Sexual da OAB-MG, que são convidados a tomarem assento à mesa. A Presidência concede a palavra à deputada Luzia Ferreira e em seguida ao Deputado Rogério Correia, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.099/2011 (relator: Deputado Rogério Correia). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (4) em que solicita seja realizada audiência pública para apuração das responsabilidades pelo confronto entre policiais e manifestantes no dia 17/6/2013, na Av. Antônio Carlos, próximo à UFMG, e no dia 22/6/2013, nas avenidas Abraão Caram e Antônio Carlos; seja formulada manifestação de aplauso aos bombeiros militares do Município de Uberaba responsáveis pela realização de delicada operação para o salvamento de William Júnior Oliveira Couto, vítima de choque de alta-tensão; seja realizada audiência para obter esclarecimentos sobre os atos de abuso de autoridade, excesso de poder e grave violação aos direitos humanos praticados pelo Asp. PM Adalberto Pereira Freire Lima e pelo Cap. PM Vital em desfavor do Sd. PM Deivid da Silva Ferreira, lotados no Município de Paracatu; seja realizada visita ao Residencial Esplêndido, localizado na R. Berenice Ribeiro Miranda, 700, Bairro Jardim Vitória, onde se encontram acampadas 211 famílias; Rogério Correia (2) em que solicita seja realizada audiência pública para debater a respeito das relações das entidades sindicais com as autoridades públicas no Estado e a violação de direitos fundamentais; seja realizada audiência pública para obter esclarecimentos sobre a atuação da Comissão de Prevenção à Violência em Manifestações Populares durante as manifestações ocorridas no dia 26 de junho de 2013; Sargento Rodrigues e Durval Ângelo em que solicitam seja encaminhado ao Corregedor-Geral da Polícia Civil pedido de providências para apuração das denúncias de práticas irregulares por parte do Delegado Luiz Cláudio Freitas do Nascimento, do escrivão Samuel Castro e do investigador Elton, lotados em Rio Pardo de Minas, e sejam enviadas as notas taquigráficas da 16ª Reunião Ordinária desta Comissão, especificamente do trecho em que constam os relatos da Sra. Tatiany Ferrari e do Sr. Diogo Emanuel Domingos acerca do desaparecimento da criança Emilly Ferrari naquele Município; Durval Ângelo (4) em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social, ao Chefe da Polícia Civil e ao Promotor de Justiça de Rio Pardo de Minas pedido de providências para a rápida apuração do desaparecimento da criança Emilly Ferrari naquele Município, com o envio do abaixo-assinado feito por populares; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 31ª Reunião Extraordinária desta Comissão aos cidadãos que compareceram à referida reunião; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas e ao Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado pedido de providências para que se paralise imediatamente a demolição de residências e os preparativos das obras previstas para as Vilas Itaú, PTO, Sport e outras, localizadas no Município de Contagem, na divisa com Belo Horizonte, intituladas "Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem", que, segundo denúncias, estão violando direitos fundamentais dispostos na Constituição, especialmente quanto a moradia, e em normas federais - Decreto-Lei nº 3.365, de 1941; Lei Federal nº 10.257, de 2001; Medida Provisória nº 2.220, de 2001; e Lei Federal nº 11.977, de 2009 - que regem o processo de desapropriação entre entes federativos, a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, a concessão de uso especial de posse para fins de moradia em área pública e a regularização fundiária de assentamentos urbanos, anexando-se as notas taquigráficas da 31ª Reunião Extraordinária desta Comissão; seja encaminhado ao Sr. Carlin Moura, Prefeito Municipal de Contagem, pedido de providências para restaurar direitos fundamentais dos moradores da Vila Itaú, por meio da reconstrução da Escola Municipal Cecília Meireles, na referida vila, demolida como preparativo das obras previstas na ação intitulada "Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem"; reativar o posto de saúde que existia nas dependências da referida escola; devolver aos moradores a posse do galpão comunitário construído por meio de seu trabalho coletivo e de suas doações, espaço físico hoje ocupado pela Construtora Mendes Júnior; garantir a aplicação imediata da Lei Federal nº 10.257, de 2001, da Medida Provisória nº 2.220, de 2001, e da Lei Federal nº 11.977, de 2009, que regem a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, a concessão de uso especial de posse para fins de moradia em área pública e a regularização fundiária de assentamentos urbanos, anexando-se as notas taquigráficas da 31ª Reunião Extraordinária desta Comissão; Durval Ângelo (6) em que solicita seja encaminhado à Sra. Raquel Rolnik, relatora especial



do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada; ao Sr. Paulo Vanuchi, membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos; à Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; ao Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, Ministro das Cidades; aos Promotores de Justiça da 5ª, 9ª, 22ª e 23ª Promotorias de Justiça da Comarca de Contagem; e à Sra. Cleide Aparecida Nepomuceno, Defensora Pública da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, pedido de providências para a efetivação de medidas que ajudem a garantir o direito constitucional e legal à moradia das quase 2.000 famílias residentes nas vilas Itaú, PTO, Sport e outras, localizadas no Município de Contagem, na divisa com Belo Horizonte, que, segundo denúncias, estariam sendo pressionadas e ameaçadas por meio de processos judiciais sumários e de outros atos, em violação aos direitos humanos e à legislação, anexando-se as notas taquigráficas da 31ª Reunião Extraordinária desta Comissão; Durval Ângelo e Rogério Correia (6) em que solicitam seja realizada audiência pública para acompanhar as manifestações populares que vêm ocorrendo na Capital e debater sobre as denúncias de violações de direitos humanos sofridos pelos manifestantes; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para enviar urgentemente à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário do Ministério Público e ao Ouvidor de Polícia do Estado as cópias de vídeo e as fotos feitas pelas câmeras do programa Olho Vivo que tenham captado os atos de repressão policial às manifestações iniciadas no dia 17/6/2013, especialmente às ocorridas em 22/6/2013 na Av. Antônio Carlos, na altura do câmpus da UFMG, para averiguação de possíveis irregularidades e abusos de autoridade; seja encaminhado ao Presidente da BHTRANS pedido de providências para enviar à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário do Ministério Público e ao Ouvidor de Polícia do Estado as cópias de vídeo e as fotos feitas pelo sistema de fiscalização de trânsito que tenham captado os atos de repressão policial às manifestações iniciadas no dia 17/6/2013, especialmente às ocorridas em 22/6/2013 na Av. Antônio Carlos, na altura do câmpus da UFMG, para averiguação de possíveis irregularidades e abusos de autoridade; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário do Ministério Público pedido de providências para a urgente inclusão da Sra. Gabriela Souza Santos, integrante do Comitê dos Atingidos pela Copa, no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, com o envio do trecho das notas taquigráficas da 28ª Reunião Extraordinária desta Comissão em que consta o relato das ameaças que sofreu; seja encaminhado à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário do Ministério Público de Minas Gerais, ao Corregedor da Polícia Civil e ao Ouvidor de Polícia do Estado pedido de providências para averiguar a denúncia do mau atendimento prestado por um médico do Instituto Médico Legal à Sra. Poliana de Souza Pereira, enviando o trecho das notas taquigráficas da 29ª Reunião Extraordinária desta Comissão em que são narrados esses fatos; sejam encaminhadas às várias autoridades e representantes de entidades que compuseram as mesas das reuniões as notas taquigráficas da 28ª Reunião Extraordinária, do momento da reabertura dos trabalhos até as 14 horas, e da 29ª Reunião Extraordinária, ambas desta comissão. É rejeitado o requerimento dos Deputados Rogério Correia e Durval Ângelo em que solicitam seja realizada audiência pública para obter esclarecimentos sobre as denúncias de investigações e monitoramentos secretos de dirigentes sindicais no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2013.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 4/7/2013

Às 10h7min, comparecem na Câmara Municipal de Alfenas os Deputados Almir Paraca e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita ao Deputado Pompílio Canavez que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os comitês de bacia de forma regionalizada, a discutir questões relacionadas ao uso da água e à gestão de recursos hídricos e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Christyane Noronha Trombeta de Moraes, Secretária-Geral da Câmara Municipal de Alfenas, representando o Sr. Hemerson Lourenço de Assis, Presidente dessa Casa, e os Srs. Maurílio Peloso, Prefeito Municipal de Alfenas; Vinícius Forain da Rocha, Gerente de Recursos Hídricos e Meteorologia, representando o Sr. Hermes Jorge Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico; Eduardo de Araújo Rodrigues, Analista Ambiental do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, representando a Sra. Marília Carvalho de Melo, Diretora-Geral desse Instituto; Arnaldo Lemos Figueiredo, Presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas - Alago - e Prefeito Municipal de Coqueiral; Bergson Cardoso Guimarães, Promotor de Justiça e Coordenador Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande; Hideraldo Buch, Coordenador-Geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande; Alexandre Augusto Moreira Santos, Presidente do Comitê da Bacia do Rio Grande; Fausto Costa, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas e Secretário Executivo da Alago; Eduardo Engel, Presidente da Associação dos Usuários do Lago de Furnas; Alair Assis, Diretor-Presidente do Departamento Municipal de Águas e Esgoto de Poços de Caldas; Mário Dantas, Coordenador Geral do Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde; Antônio Carlos Sales, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo; Robson Flávio do Nascimento, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica de Furnas e biólogo da Secretaria de Meio Ambiente de Alfenas, e Emílio José de Padua Piantino, Gerente do Departamento de Produção Minas de Furnas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Pompílio Canavez, um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados,



para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público presente, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2013.

Almir Paraca, Presidente - Rômulo Viegas - Ulysses Gomes.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/7/2013

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Gustavo Corrêa (substituindo o Deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da Liderança do BTR) e Tiago Ulisses (substituindo o Deputado Arlen Santiago, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Sr. José Rodrigo Dias da Silva, Presidente da Associação dos Diabéticos de Campo Belo, e outros informando irregularidades nos aparelhos glicosímetros distribuídos pela Secretaria Estadual de Saúde e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, em 4/7/2013, dos Srs. Fahim Miguel Sawan, Secretário Municipal de Saúde de Uberaba; Sebastião Joaquim Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Araguari; Francisco Antônio Tavares Júnior, Secretário Adjunto de Saúde; Aroldo Costa Melo, Presidente da Câmara Municipal de Paraopeba, e da Sra. Jomara Alves da Silva, Presidente do Ipsemg. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 606/2011 (relator: Deputado Gustavo Corrêa), 1.259/2011 (relator: Deputado Tiago Ulisses) e 1.326/2011 (relator: Deputado Gustavo Corrêa), todos na forma do vencido no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinária a serem realizadas no dia 8/7/2013, às 18h30min, e amanhã, às 15h15min e às 20 horas, para apreciar o Projeto de Lei nº 2.504/2011, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Carlos Mosconi, Presidente - Glaycon Franco - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/7/2013

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Gustavo Corrêa e Tiago Ulisses (substituindo o Deputado Rômulo Veneroso, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: e-mails do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais em que solicita apoio desta Comissão à proposta de alteração do Código Penal para aumentar a pena dos crimes contra animais e solicita sejam realizadas enquete e consulta pública sobre o Projeto de Lei nº 472/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: em turno único, Projeto de Lei nº 4.186/2013 (Célio Moreira); no 2º turno, Projeto de Lei nº 732/2011; e no 1º turno, Projeto de Lei nº 3.649/2012 (Duarte Bechir). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.821 e 1.891/2011; e 3.311 e 3.649/2012 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, aprovado pela Comissão. É convertido em diligência à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Projeto de Lei nº 2.321/2011 (relator: Deputado Célio Moreira, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 732/2011, na forma do vencido em 1º turno (relator: Deputado Duarte Bechir; parecer lido pelo Deputado Tiago Ulisses); e no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.235 e 2.435/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 3.687/2013 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 2.338/2011, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Gustavo Corrêa, o último em virtude de redistribuição); 1.273/2011, na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta (relator: Deputado Tiago Ulisses, em virtude de redistribuição); e 1.665/2011, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Célio Moreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.186/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da Deputada Luzia Ferreira em que solicita seja realizada audiência pública para debater e apurar denúncias sobre o processo de degradação ambiental da Área de Proteção Ambiental - APA - Morro da Pedreira, em decorrência das inúmeras infrações ambientais originadas pela pressão antrópica nessa APA e nas áreas circunvizinhas; e do Deputado Fred Costa (4) em que solicita seja realizada audiência pública em Rio Paranaíba para debater a morte



de cães e gatos vítimas de envenenamento nesse Município; seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a morte de um cão pastor-alemão do canil da Polícia Militar por insolação e desidratação; e sejam realizadas audiências públicas para debater a distribuição de áreas verdes no Município de Belo Horizonte e a reabertura do Córrego Engenho Nogueira no câmpus da UFMG; Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater o desmatamento no Estado e conhecer as medidas adotadas para seu combate pelos órgãos responsáveis; Célio Moreira (2) em que solicita seja realizada audiência pública em Inimutaba para debater a atividade de garimpo na Região Central do Estado; e seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas no Município de Vespasiano para debater a construção da nova via de acesso à empresa Cimento Liz e seus impactos ambientais; da Deputada Luzia Ferreira e dos Deputados Célio Moreira, Antônio Carlos Arantes, André Quintão e Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicitam sejam encaminhados ao Diretor-Geral do IEF pedido de providências para que seja promovida uma expedição de campo, com a participação da equipe técnica responsável e dos demais interessados na revisão dos limites do Parque Estadual da Serra do Papagaio, a fim de sanar as dúvidas existentes; e que seja realizada reunião ordinária do conselho consultivo do referido parque, com a participação da comunidade e dos demais interessados, para debater a citada revisão dos limites; e seja encaminhado ao Diretor-Geral do IEF pedido de providências para o envio de relatório técnico contendo a proposta de revisão dos limites do Parque Serra do Papagaio, com as justificativas socioambientais, lista dos proprietários a serem desapropriados, descritivo do novo limite, mapa na escala 1:50.000, relação da equipe técnica responsável pelo trabalho e respectivas anotações de responsabilidade técnica, relatório sobre as áreas já desapropriadas, com mapa georreferenciado, e sobre a área retirada do parque para ser transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural pela Fundação Matutu, comprovantes de residência de moradores e declarações de Produtor Rural e de Imposto de Renda para comprovar a exploração no parque. A Presidência recebe o requerimento do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada reunião para ouvir o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Diretor-Geral do IEF sobre as ações de combate ao desmatamento na Mata Atlântica. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária de amanhã, 9/7/2013, às 14h15min, com a finalidade de apreciar o parecer para 1º turno sobre emendas apresentadas em Plenário do Projeto de Lei nº 276/2011 e os pareceres para 1º turno dos Projetos de Lei nºs 1.060, 1.891 e 3.311/2012, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Célio Moreira, Presidente - Duarte Bechir - Gustavo Corrêa.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/7/2013

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Gustavo Perrella e Bráulio Braz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Perrella, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bráulio Braz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica, na qual encaminha a esta Comissão a 7ª edição da Revista "Sindvel em Ação - Parceria para o Desenvolvimento". Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Gustavo Perrella, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.869/2013 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do Deputado Célio Moreira. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é aprovada a Proposta de Emenda nº 1. É dada nova redação ao parecer. Após discussão e votação do Projeto de Lei nº 3.609/2013, no 1º turno, é aprovado o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.094/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.998, 5.000, 5.025, 5.041, 5.044 e 5.112/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Gustavo Perrella, Presidente - Rosângela Reis - Dalmo Ribeiro Silva - Ana Maria Resende.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/7/2013

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Rogério Correia, Sargento Rodrigues, Bonifácio Mourão (substituindo o Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do BTR) e Tiago Ulisses (substituindo o Deputado Inácio Franco, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício publicado no "Diário do Legislativo", no dia 4/7/2013, do Sr. José Márcio de Araújo, ex-Prefeito Municipal de Martinho Campos. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados

citados a seguir: Projeto de Lei Complementar nº 23/2011, no 1º turno (Gustavo Corrêa); Projetos de Lei nºs 3.795/2013, no 1º turno (Ivair Nogueira), e 2.345/2011, no 1º turno (Leonardo Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.285/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Tiago Ulisses, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 524/2011 (relator: Deputado Rogério Correia), na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1 apresentada; e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.257/2011 (relator: Deputado Rogério Correia) com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça; 1.346/2011 (relator: Deputado Inácio Franco), na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Direitos Humanos, com a Emenda nº 1 apresentada; 3.012/2012 (relator: Deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição) na forma do Substitutivo nº 2 apresentado; e 3.769/2013 (relator: Deputado Rogério Correia) com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Direitos Humanos. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.011 e 5.111/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja enviado ao Governador do Estado, à Secretária de Planejamento e Gestão e ao Comandante Geral da Polícia Militar pedido de providências para empenharem-se na análise da situação funcional das Srs. Nelma Rosa Guimarães, Maria Irene dos Reis e Marian da Conceição Mello Lopes, assistentes administrativas da Polícia Militar, no que tange à observância pela opção de não receberem na forma de subsídio, e que seja analisada a concessão dos reajustes devidos, além de suas reclassificações funcionais, uma vez que foram lotadas em cargos com remuneração menor que a já percebida. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, dia 8/7/2013, às 20h45min, para apreciar os pareceres dos Projetos de Lei nºs 428/2011 e 3.688/2013, ambos em 2º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Gustavo Corrêa, Presidente - Leonardo Moreira - Sargento Rodrigues - Antonio Lerin.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/7/2013

Às 19h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o art. 1º do Projeto de Lei nº 3.968/2013, em tramitação nesta Casa, que tem por objeto suprimir a taxa referente ao fornecimento, pelo Departamento de Trânsito de Minas Gerais - Detran-MG -, às sociedades seguradoras, de dados de veículos para fins de cobrança do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Oliveira Santiago Maciel, Diretor-Geral do Detran-MG, representando também a Secretaria de Estado de Fazenda, e Lindolfo Fernandes de Castro, Presidente do Sindfisco, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Ulysses Gomes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença do Deputado Tiago Ulysses. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.968 e 4.213/2013 são retirados da pauta por determinação do Presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.609/2013 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Tiago Ulisses). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Ulysses Gomes em que solicita que o Sr. Lindolfo Fernandes de Castro, Presidente do Sindfisco, seja ouvido nesta reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias do dia 9/7/2013, às 10 horas, às 14h45min e às 19 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Zé Maia, Presidente - Adalclever Lopes - Duarte Bechir - Bosco - Leonardo Moreira.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Tiago Ulisses e Adalclever Lopes (substituindo o Deputado Gilberto Abramo, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e a suspende. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos Deputados Gilberto Abramo, Lafayette de Andrada e João Leite. O Presidente Gilberto Abramo, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a



seguir: Projetos de Resolução nºs 4.145 a 4.156/2013 (Deputado João Leite); 4.157 a 4.162, 4.164, 4.173 a 4.176 e 4.222/2013 (Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 4.145 a 4.156/2013 (Deputado João Leite); 4.157 a 4.162/2013 e 4.164, 4.173, 4.174, 4.175, 4.176 e 4.222/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária de logo mais, às 14h, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Doutor Wilson Batista, Presidente - Gilberto Abramo - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Adalclever Lopes, Duarte Bechir, Leonardo Moreira e Bosco (substituindo, respectivamente, os Deputados Jayro Lessa, João Vítor Xavier e Lafayette de Andrada, por indicação do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Mensagens nºs 469/2013 (Deputado Lafayette de Andrada) e 470/2013 (Deputado Romel Anízio), em turno único. Suspende-se a reunião. Às 12h54min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Lafayette de Andrada, Luiz Humberto Carneiro, Célio Moreira (substituindo o Deputado Jayro Lessa, por indicação do BTR) e Antônio Carlos Arantes (substituindo o Deputado Romel Anízio, por indicação do BAM). São retirados de pauta por determinação do Presidente os Projetos de Lei nºs 693 e 2.680/2011, 3.124, 3.466, 3.590, 3.609 e 3.681/2012 e 3.812, 3.869 e 3.918/2013, por terem sido apreciados em reunião anterior, e os Projetos de Lei nºs 3.311 e 2.748/2011, 3.540, 3.912/2012 e 3.977, 3.978, 4.037 a 4.039, 4.107, 4.108 e 4.213/2013 por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, no 1º turno, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.968/2013 na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 8 e 9 e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 7 (relator: Deputado Luiz Humberto Carneiro); e o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.179/2013 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 4.077/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias, hoje, às 14h45min e às 19 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Jayro Lessa, Presidente - Duarte Bechir - Luiz Humberto Carneiro - Leonardo Moreira.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013

Às 14h19min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Bosco, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados Duarte Bechir e Fabiano Tolentino (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Sr. Afonso Cláudio de Alcântara e Lelis, que encaminhou "e-mail" através do "Fale com a Assembleia", apoiando o Projeto de Lei nº 3.694/2013, que trata do direito de utilização do espaço físico das escolas estaduais. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.177/2013 (Deputada Maria Tereza Lara) e 4.178/2013 (Deputado Deiró Marra), em turno único. Suspende-se a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Duarte Bechir, Célio Moreira e Sebastião Costa (os dois últimos substituindo, respectivamente, os Deputados Bosco e Deiró Marra, por indicação da Liderança do BTR). Estão presentes, também, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Duílio de Castro. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.842 e 3.948/2013 são retirados de pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem os pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.721/2013 (relator: Deputado Duarte Bechir). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.669/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.033/2013. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.974 e 3.976/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Duarte Bechir e Célio Moreira, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o atendimento dos municípios mineiros pelo "Programa Minas Comunica" e a necessidade de sua expansão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a

presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Duarte Bechir, Presidente - Adalclever Lopes - Lafayette de Andrada - Zé Maia - Ulysses Gomes.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Ana Maria Resende e Rosângela Reis (substituindo esta ao Deputado Braulio Braz por indicação da Liderança do BAM) e os Deputados Gustavo Perrella e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Perrella, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 18h10min, são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Gustavo Perrella, Rogério Correia (substituindo o Deputado Almir Paraca por indicação da Liderança do MSC) e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva por indicação da Liderança do BTR). Os Projetos de Lei nºs 3.609/2012 e 3.869/2013 são retirados de pauta por determinação do Presidente Deputado Gustavo Perrella, por não cumprirem pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias do dia 10/7/2013, às 10 e às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2013.

Gustavo Perrella, Presidente - Ana Maria Resende - Rômulo Viegas.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Rômulo Veneroso e Fred Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rômulo Veneroso, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente determina a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 447/2011, por não cumprir os pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 725/2011 e 3.354/2012 (relator: Deputado Fred Costa). A Presidência suspende a reunião. Às 18h20min são reabertos os trabalhos. Registra-se a presença dos Deputados Rômulo Veneroso, Duarte Bechir (substituindo o Deputado Fred Costa, por indicação do BTR) e Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Adalclever Lopes, por indicação do BMSC). O Presidente, Deputado Rômulo Veneroso, determina a retirada de pauta dos Projetos de Lei nºs 447, 2.378/2011 e 3.367/2012, por não cumprirem os pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 10/7, às 10 e às 14 horas, para apreciar os Projetos de Lei nºs 447, 2.378/2011 e 3.367/2012, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2013.

Liza Prado, Presidente - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013

Às 20 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Adalclever Lopes, Ulysses Gomes (os dois últimos substituindo a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Elismar Prado, por indicação da Liderança do MSC), Lafayette de Andrada e Zé Maia (substituindo, respectivamente, os Deputados Bosco e Deiró Marra, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Romel Anízio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica que os Projetos de Lei nºs 3.669/2012 e 3.721/2013 e o Requerimento nº 5.033/2013, constantes na pauta, foram apreciados na reunião anterior. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.948/2013, do qual avocou a si a relatoria, a fim de emitir parecer sobre emendas apresentadas em Plenário no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.842/2013 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir os pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição das Emendas nºs 9 a 15 apresentadas em Plenário no 1º turno ao Projeto de Lei nº 3.948/2013 (relator: Deputado Duarte Bechir). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2013.

Duarte Bechir, Presidente - Maria Tereza Lara - Luzia Ferreira.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Doutor Wilson Batista, Glaycon Franco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência suspende os trabalhos ordinários da reunião. Reabertos os trabalhos às 12h15min, estão presentes os Deputados Célio Moreira (substituindo o Deputado Carlos Mosconi, por indicação da Liderança do BTR), Gustavo Corrêa (substituindo o Deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da Liderança do BTR) e Ulysses Gomes (substituindo o Deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do MSC). Está presente também o Deputado Luiz Humberto Carneiro. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência retira de pauta os Projetos de Lei nºs 904 e 2.504/2011 por falta de pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias hoje, às 15 horas para apreciar os Projetos de Lei nºs 904 e 2.504/2011, e, às 20 horas, para apreciar os Projetos de Lei nºs 904, 2.504 e 2.714/2011, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2013.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Wilson Batista - Elismar Prado.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013

Às 9h48min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Leonardo Moreira, Sargento Rodrigues e Duilio de Castro (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que faz retirar da pauta o Projeto de Lei nº 3.688/2013, por já ter sido apreciado em reunião anterior. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Leonardo Moreira em que solicita inversão da pauta de modo que o Projeto de Lei nº 3.342/2012 seja apreciado em primeiro lugar. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.342/2013 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Gustavo Corrêa). Suspende-se a reunião. Às 13:48min, verificada a inexistência de quorum para a continuidade dos trabalhos, o Presidente encerra a reunião e convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2013.

Gustavo Corrêa, Presidente - Adalclever Lopes - Tenente Lúcio - Leonardo Moreira.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Duilio de Castro, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do BTR) membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duilio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência suspende a reunião. Às 13h50min, estão reabertos os trabalhos. Registra-se a presença dos Deputados Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Fred Costa, por indicação do BTR), Juarez Távora (substituindo o Deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do BAM) e Tadeu Martins Leite (substituindo o Deputado Adalclever Lopes, por indicação da Liderança do BMSC). O Presidente, Deputado Rômulo Viegas, determina a retirada de pauta dos Projetos de Lei nºs 447, 2.378/2011 e 3.367/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2013.

Fred Costa, Presidente - Liza Prado - André Quintão.



ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013

Às 15h18min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Leonardo Moreira, Tenente Lúcio, Adalclever Lopes (substituindo este ao Deputado Ivair Nogueira, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos Deputados Gustavo Corrêa, Leonardo Moreira, Juarez Távora e Tiago Ulisses (substituindo este ao Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BAM). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que faz retirar da pauta da presente reunião o Projeto de Lei nº 3.342/2012 por já ter sido apreciado em reunião anterior. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 428/2011 (relator: Deputado Leonardo Moreira), na forma do Substitutivo nº 1 que apresenta. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca a reunião extraordinária às 20h30min e convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária a ser realizada amanhã, dia 11/7/2013, às 9h30min, para apreciar os Requerimentos nºs 4.824 e 4.879/2013, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2013.

Gustavo Corrêa, Presidente - Tiago Ulisses - Antônio Carlos Arantes - Leonardo Moreira.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 17/7/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 996/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 996/2011, de autoria do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de adequação de guichês a fim de viabilizar o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais que dependam de cadeira de rodas para sua locomoção, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 996/2011

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.666, de 9 de dezembro de 1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao “caput” do art. 3º da Lei nº 11.666, de 9 de dezembro de 1994, o seguinte inciso XII:

“Art. 3º – (...)

XII – balcões de atendimento e bilheterias adequados à utilização por pessoa em cadeira de rodas.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2013.

Tiago Ulisses, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Ana Maria Resende.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

- A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:
- de congratulações com a Cooperativa dos Produtores Rurais do Serro pela eleição de sua nova diretoria e pela implantação de nova fábrica, que entrará em operação no próximo ano (Requerimento nº 4.690/2013, do Deputado Antônio Carlos Arantes);
 - de congratulações com o Sr. Rivadávia Correa Drummond de Alvarenga Neto, Reitor do UniBH, pela criação do Campus Cristiano Machado, em Belo Horizonte (Requerimento nº 4.906/2013, do Deputado Duarte Bechir);
 - de aplauso aos policiais militares lotados no 19º Batalhão de Polícia Militar que participaram de operação que culminou na prisão de quatro homens por porte ilegal de armas em Teófilo Ottoni (Requerimento nº 4.921/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);
 - de aplauso aos policiais federais lotados na Delegacia de Polícia Federal de Uberaba pelo desenvolvimento de operações de combate ao tráfico de drogas (Requerimento nº 4.923/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);
 - de aplauso aos policiais militares e civis lotados no 9º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, no 24º Batalhão de Polícia Militar e na 7ª Delegacia Regional de Polícia Civil que atuaram em operação conjunta que culminou na prisão de seis homens e na apreensão de uma adolescente em Varginha (Requerimento nº 4.924/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);
 - de congratulações com a Universidade Federal de Itajubá pelos 100 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.937/2013, do Deputado Antônio Carlos Arantes);
 - de congratulações com o Villa Nova Atlético Clube pelos 105 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.958/2013, do Deputado Dinis Pinheiro);
 - de aplauso à diretoria e aos funcionários do Check Up Medicina Laboratorial, de Uberlândia, pela excelência dos serviços prestados à população de Uberlândia e região (Requerimento nº 4.960/2013, do Deputado Tenente Lúcio);
 - de aplauso aos policiais militares lotados no 40º Batalhão de Polícia Militar que participaram de operação que culminou na prisão de um casal por tráfico de drogas em 29/5/2013, em Ribeirão das Neves (Requerimento nº 4.982/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);
 - de aplauso aos policiais militares e civis lotados no 20º Batalhão de Polícia Militar e no 17º Departamento de Polícia Civil que participaram de operação que culminou na prisão de dois homens pela explosão de caixas eletrônicas em Pouso Alegre (Requerimento nº 4.983/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);
 - de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados na 19ª Delegacia de Polícia Civil, de Papagaios, pela atuação em operação que culminou na prisão de um homem e na apreensão de cinco adolescentes no Município de Papagaios (Requerimento nº 4.984/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);
 - de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 19ª Cia. da PMMG, pela atuação em operação que culminou na prisão de duas pessoas envolvidas com o tráfico de drogas no Bairro São Paulo, em Pará de Minas (Requerimento nº 4.985/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);
 - de congratulações com o "Jornal da Região", de Guaxupé, pelos 20 anos de sua fundação (Requerimento nº 4.986/2013, do Deputado Sávio Souza Cruz);
 - de congratulações com o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado, pelo tirocínio e espírito republicano demonstrados em entrevista dada ao programa "Canal Livre", da TV Bandeirantes, em 9/6/2013 (Requerimento nº 4.987/2013, do Deputado Glaycon Franco);
 - de congratulações com os policiais militares do 35º Batalhão de Polícia Militar que atuaram na operação deflagrada na Vila Ferraz, em Santa Luzia, que apreendeu 114 buchas de maconha, 130 pinos de cocaína, 242 pedras de "crack", uma balança de precisão e dinheiro, pelo trabalho realizado (Requerimento nº 4.991/2013, do Deputado Cabo Júlio);
 - de congratulações com os policiais militares da 1ª Cia. de Polícia Militar Independente que atuaram na operação que culminou na prisão de criminosos envolvidos em roubo a residência no Município de Nova Lima e na recuperação de parte dos pertences roubados, pelo trabalho realizado (Requerimento nº 4.994/2013, do Deputado Cabo Júlio);
 - de aplauso ao Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Defesa Social, e aos demais servidores dessa Secretaria pela atuação que resultou na transferência de 26 presos da Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, para o Estado de Mato Grosso (Requerimento nº 4.995/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);
 - de aplauso aos policiais civis lotados na 8ª Delegacia Especializada em Investigação de Homicídios, de Betim, que participaram de operação que cumpriu seis mandados de busca e apreensão, em 29/5/2013, no Bairro Citrolândia (Requerimento nº 4.996/2013, do Deputado Sargento Rodrigues);
 - de congratulações com o Plug Minas - Centro de Formação e Experimentação Digital pelos quatro anos de sua fundação (Requerimento nº 4.997/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
 - de congratulações com a Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil pela apresentação da proposta de criação do Dia Nacional de Conscientização Rodoviária, a ser comemorado em 4 de setembro (Requerimento nº 5.001/2013, da Deputada Liza Prado);
 - de congratulações com a Academia de Bombeiros Militar pela realização do Programa Voluntários da Cidadania (Requerimento nº 5.003/2013, da Deputada Liza Prado);
 - de congratulações com a PMMG pelos 238 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.004/2013, da Deputada Liza Prado);



de congratulações com os policiais militares do 29ª Batalhão de Polícia que atuaram na operação, no Município de Poços de Caldas, em que foram apreendidos mais de 900 pedras de "crack" prontas para consumo, um tijolo de maconha e material para o preparo da droga e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida aos policiais recompensa pelo relevante serviço prestado (Requerimento nº 5.010/2013, do Deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Sra. Ana Lúcia de Almeida Gazzola, Secretária de Educação, pela realização de uma série de visitas às sedes das 47 superintendências regionais de ensino (Requerimento nº 5.012/2013, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Escola Estadual Visconde de Caeté pela comemoração de seus 105 anos de existência (Requerimento nº 5.014/2013, do Deputado Sávio Souza Cruz);

de congratulações com os policiais civis da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil, de Lavras, que atuaram na operação em que foram apreendidas 22 bananas de dinamite furtadas de uma mineradora sediada em Ijaci (Requerimento nº 5.026/2013, do Deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os bombeiros militares do 6º Batalhão de Bombeiros Militares, de Governador Valadares, que, em parceria com a Associação dos Surdos de Governador Valadares, realizaram palestra, voltada para a instrução de pessoas com deficiência auditiva sobre procedimentos de prevenção de acidentes domésticos, incêndios e efeitos das chuvas e de combate à dengue, em que foi utilizada a libras (Requerimento nº 5.027/2013, do Deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 41º Batalhão de Polícia Militar que atuaram na operação em que foram apreendidos, no Bairro Águas Claras, em Belo Horizonte, 7 tabletes e 4.121 buchas de maconha, 2.500 papéletes de cocaína e materiais usados no preparo dessa droga (Requerimento nº 5.028/2013, do Deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares lotados na 256ª Cia. TM do 54º BPM pela prestação de primeiros socorros à Sra. Fabiana Martins Procópio, em 15/5/2013, em Ituiutaba (Requerimento nº 5.058/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados na 2ª GP/2 Pel. PM RV/10 Cia. PM IND. Mat. pela atuação que culminou na apreensão de 22 caixas de dinamites em Monte Carmelo (Requerimento nº 5.060/2013, da Comissão de Segurança Pública).

de apoio ao estudante Gustavo Magalhães Justino, de 19 anos, que se encontra internado no Hospital Risoleta Neves, em Belo Horizonte, após cair do Viaduto José Alencar, durante as manifestações ocorridas nesta Capital (Requerimento nº 5.074/2013, da Comissão de Direitos Humanos);

de protesto ao Ministro Aldo Rebelo por sua declaração a repórteres durante seminário esportivo no Rio de Janeiro quanto a manifestação popular que vise impedir a realização dos eventos da Copa das Confederações (Requerimento nº 5.079/2013, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso ao Sr. Luiz Fux, Ministro do Supremo Tribunal Federal, pela decisão que restabeleceu os direitos fundamentais da população mineira de livre manifestação do pensamento e de reunião pacífica, previstos no art. 5º, IV e XVI, da Constituição Federal (Requerimento nº 5.085/2013, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Presidente da Câmara Municipal de Pompéu pela iniciativa da criação da Política Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, embasada no Projeto de Lei nº 2.352/2011 (Requerimento nº 5.092/2013, da Comissão de Política Agropecuária);

de aplauso aos policiais civis lotados na 1ª Delegacia da Divisão Antidrogas da Polícia Civil pela atuação na Operação Indústria, que culminou na apreensão de 814kg de maconha e na prisão de Isaac dos Santos, no Bairro das Indústrias, em Belo Horizonte (Requerimento nº 5.100/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados na 1ª Cia Rotam, no Gate, na 214ª Cia do 48º BPM e aos policiais civis lotados na Divisão de Investigação de Crimes Patrimoniais, na 1ª Delegacia Especializada de Crimes Cibernéticos, na 2ª Delegacia Especializada de Investigação de Furto e Roubo e Latrocínio e no Departamento de Investigação de Crimes contra o Patrimônio pela excelente atuação na operação que solucionou o sequestro de gerente de banco e de sua família, no Município de Sarzedo (Requerimento nº 5.101/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais rodoviários federais e policiais militares lotados, respectivamente, na 8ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal e no 2º Pelotão da 107ª Companhia Independente do 7º BPM pela excelente atuação na operação que culminou na apreensão de uma tonelada de maconha, no Município de Luz (Requerimento nº 5.102/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados no 49º BPM, na Rotam, na Escola de Formação de Oficiais, no Comando de Policiamento Especializado e ao policial civil lotado no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil pela rápida atuação na operação que culminou na prisão de dois homens que tentaram assaltar o policial militar Robson de Carvalho Gonçalves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Requerimento nº 5.104/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares que menciona pela atuação nas manifestações ocorridas durante o mês de junho de 2013 (Requerimento nº 5.127/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso ao Deputado Federal Toninho Pinheiro pela defesa da saúde pública e pelo corajoso gesto no Plenário da Câmara dos Deputados de denunciar a não aplicação de recursos destinados à saúde pública aprovados em Orçamento (Requerimento nº 5.130/2013, da Comissão de Saúde).

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 9/7/2013**

O Deputado Antonio Lerin* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, meu pronunciamento na tarde de hoje será rápido. Esta Casa, na manhã de hoje, entrou para a história.

Dos 77 Deputados, 59 se manifestaram favoravelmente ao fim do voto secreto nesta Casa. É o povo mineiro e a Assembleia de Minas dando exemplo para o País. Esta não é a primeira vez. Quando esta Casa pôs fim ao 14º e ao 15º salários, já foi uma vitória para o povo brasileiro e, de forma especial, o povo mineiro. Antes, porém, Sr. Presidente, esta Casa também acabou com o pagamento das reuniões extraordinárias, sendo exemplo para o Brasil.

Não poderia deixar de citar a minha querida cidade de Uberaba e a Câmara Municipal. Por meio dos seus Vereadores, deram exemplo para o Brasil ao porem fim à votação secreta na Câmara de Uberaba. Foi um exemplo para Minas e o País.

Na manhã de hoje, a Assembleia Legislativa deu um exemplo para todo o Brasil. Esperamos que todas as Assembleias do País sigam o exemplo da Assembleia mineira acabando com a votação secreta. Não só nas Assembleias, mas também no Congresso Nacional.

Essa PEC, de autoria do nobre Deputado Sargento Rodrigues, se encontrava nesta Casa desde 2007 e foi agora autorizada não somente pelos nobres parlamentares, mas pelo povo de Minas, que pediu nas ruas, por suas manifestações, o fim do voto secreto de todos os homens públicos do País. Então vivemos, na manhã de hoje, um momento histórico.

Quero fazer um pedido e um apelo a todas as Câmaras Municipais do nosso país para que também entrem com projeto de lei alterando a lei orgânica em seus Municípios, a fim de que todas as Câmaras de Minas e do Brasil também ponham fim à votação secreta dos nobres parlamentares do nosso Brasil.

Eis aqui um agradecimento a todos os Deputados e, em especial, ao povo brasileiro, que acordou e foi às ruas para fazer suas manifestações. Aliás, não foi por causa de R\$0,10, R\$0,15 ou R\$0,20 no transporte coletivo, pois precisamos estar atentos aos anseios e aos clamores do povo brasileiro para melhorarmos a saúde, a educação e, acima de tudo, a nossa segurança pública. O que o povo mais pede nas ruas é o fim da corrupção que existe em nosso país em todos os setores e segmentos.

Portanto o apelo deste Deputado para que nossos Vereadores de Minas e do Brasil também ponham fim à votação secreta.

Sr. Presidente, parabeno a Assembleia Legislativa, que, mais uma vez, sai na frente, dando exemplo para todo o nosso querido Brasil. Fica aqui a minha posição de forma transparente e objetiva.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Antonio Lerin, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Hoje obtivemos uma vitória importante de todo o Parlamento mineiro, dando exemplo não apenas do fim do voto secreto, mas também do voto simbólico. O povo mineiro terá conhecimento de todo voto porque também termina o voto simbólico. Isso exigirá evidentemente de todos nós presença maior na Assembleia, o que é, para nós, muito fundamental. Teremos Casa cheia sempre porque, afinal de contas, a votação simbólica será substituída pelo voto nominal de cada Deputado.

Pediria a V. Exa. também apoio em duas outras PECs que tramitam aqui também. Uma é a do Deputado Sargento Rodrigues sobre a ausência dos Deputados. Deputados que estiverem ausentes terão imediatamente o corte de ponto. Considero um projeto importante, Deputado Sargento Rodrigues. Aproveitando o ensejo, peço-lhe que também transmita esse desejo às Câmaras de Vereadores do interior, a fim de seguirem esse exemplo.

A outra diz respeito à não retirada de assinaturas de CPI. O Deputado assina a CPI, depois vem pressão do governo, e ele retira a sua assinatura. Você coloca a comissão parlamentar de inquérito para funcionar, mas de repente não há mais número porque o Deputado retira a assinatura dele por algum tipo de pressão. Então, que possamos também normatizar esse caso. V. Exa. é sempre muito assíduo no Parlamento; então, que possa estar conosco nessas duas propostas de emenda à Constituição.

O Deputado Antonio Lerin* - Perfeitamente, nobre Deputado Rogério Correia.

O Deputado Ulysses Gomes (em aparte)* - Em primeiro lugar, Deputado, gostaria de parabenizá-lo pela fala resgatando a importante votação de hoje. Quero compartilhar - obviamente, pela manhã tive oportunidade de manifestar o apoio e expor a minha opinião em relação a isso -, mas também confrontar algo que, na minha opinião, é incoerente, quando toda esta Casa apoia esse movimento de transparência, acabando com o voto secreto. Temos de mudar outras práticas nesta Casa. É inaceitável percebermos, por exemplo, que, logo depois dessa ação importante de todos os Deputados, manifestando o interesse da publicidade, transparência e participação, as reuniões das comissões ocorram nos bastidores. Porque terminou a discussão aqui e foi realizada uma reunião de comissão, que tem de ser regra nesta Casa. Para reunião de comissão, é preciso convocar primeiro os membros efetivos. Chamam outros Deputados, votam pareceres e temas importantes sem Deputados que têm interesse no assunto e são membros efetivos, como é o meu caso, realizando a reunião sem uma convocação. Obviamente a reunião estava em aberto, mas tem de haver uma regra. Se queremos transparência, seriedade, aprofundar os temas e mostrar à sociedade, o jogo tem de ser aberto. A prática que esta Casa teve pela manhã publicamente, diante de toda a população, em que todos os Deputados votaram, não é o que acontece nas comissões.

Portanto não pode haver incoerência de ações. O que vi nesta manhã foi uma total incoerência, porque uma ação belíssima, democrática, praticada no Plenário não ocorreu nas comissões. Hoje, com um tema importante que estamos debatendo, a comissão rapidamente chamou Deputados suplentes, que até possuem legitimidade, mas não é essa a prática que buscamos. Uma prática aberta e democrática é fazer valer os acordos desta Casa, é o que de fato deve acontecer.

Quero, Sr. Presidente, fazer esse registro, porque isso não deve acontecer, mas tem acontecido aqui. Qual é o problema de chamarmos os Deputados efetivos para o debate? Somos minoria, vamos perder, mas há a garantia do debate, do espaço democrático,



aberto e transparente. O que estamos fazendo em Plenário não está ocorrendo nas comissões. A prática proposta pelos Deputados desta Casa no Plenário é que seja na totalidade dos trabalhos, não apenas em Plenário, mas em cada comissão, que muitas vezes fica escondida, por isso não temos condições nem tempo de participar dela. Parabéns pela sua manifestação, Deputado.

O Deputado Antonio Lerin* - Obrigado, nobre Deputado Ulysses Gomes. Quero posicionar-me quanto ao pronunciamento do Deputado Rogério Correia, dizendo que não apenas apoio a PEC como também a assinei.

Concedo aparte ao nobre Deputado Dalmo Ribeiro.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Lerin. Gostaria de parabenizá-lo pela sua fala. Realmente vivenciamos esta manhã, no Parlamento mineiro, um momento importante, sob o comando do nosso grande líder, nosso Presidente Deputado Dinis Pinheiro, que tem feito deste Parlamento símbolo para o Brasil.

Ao vê-lo, Deputado Dinis Pinheiro, presidindo os trabalhos desta Casa, gostaria de falar da importância que V. Exa. tem na construção da ética, da transparência e da retidão da vida parlamentar. Esta Casa, sob a sábia postura de V. Exa. na Presidência deste colegiado, neste momento tão importante, inaugura no Brasil a extinção do voto secreto.

Veja V. Exa., um projeto assinado pelo Deputado Sargento Rodrigues, com sua participação e a dos parlamentares desta Casa, longamente debatido na comissão especial que teve como Presidente o Deputado Rômulo Viegas e como relator o Deputado Sebastião Costa, pôde, com certeza, atender a todas as emendas - casos do Deputado João Leite e de tantos outros - que irão trazer, no bojo da Constituição, essa importante emenda que hoje foi aprovada e será festivamente promulgada. Parabéns, Minas. Parabéns, Parlamento.

Gostaria de convidar V. Exa. para, logo mais, votar conosco a PEC nº 31, da acessibilidade e mobilidade urbana, tão importante para Minas. É também uma fase inaugural, no seio da nossa Constituição, longamente debatida, essa proposta de minha autoria, que V. Exa. também assinou conosco e com tantos parlamentares. Estamos vivendo uma fase bonita. Com certeza, estamos caminhando com grandes projetos para nosso povo e nossa gente. Parabéns.

O Deputado Antonio Lerin* - Obrigado, nobre Deputado Dalmo Ribeiro. Finalizando, infelizmente alguns baderneiros se envolvem nessas manifestações pacíficas que estão ocorrendo no Brasil e criam mais tumultos. Mas, graças a Deus, na maioria das cidades brasileiras onde essas manifestações ocorreram, elas foram pacíficas, dignas de elogios, inclusive por parte da nossa querida Polícia Militar. Quando houve a manifestação em Uberaba, nenhum incidente ocorreu, e sentimos esse momento importante no nosso país, da transformação, quando falamos que o povo é o gigante, e o gigante acordou. Ele não acordou apenas pelos R\$0,20, mas principalmente para que acabemos com a corrupção no nosso país em todos os setores. Temos de investigar todos os segmentos, para termos uma polícia mais atuante, um Judiciário mais determinado, com ações mais rápidas, porque hoje muitos cometem crimes e falam: "Vamos para a Justiça, para demorar 10, 20 anos". Então temos de reforçar e apoiar nosso Judiciário para que as ações sejam tomadas de forma mais concreta, principalmente na área de segurança.

Hoje o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, baixou decreto reduzindo a tarifa do transporte coletivo de R\$2,80 para R\$2,65, ouvindo os anseios da nossa população. Mas precisamos não só da redução da tarifa, mas de melhor prestação de serviço e de mais ônibus para atender a toda população brasileira. O que me entristece é que, nos horários de pico, em que as empresas têm de colocar mais ônibus, por incrível que pareça colocam menos ônibus, superlotando o transporte coletivo do nosso Estado e do nosso Brasil. Então temos de repensar o transporte público do Estado e do País; que se dê principalmente mais segurança não só ao transporte municipal, mas ao transporte intermunicipal, onde o índice de ocorrências de assaltos vem amedrontando as pessoas que necessitam usar esses tipos de transporte no período noturno para chegarem a outros Municípios cedo para trabalharem. Muitas vezes elas não chegam porque os ônibus são desviados por assaltantes, que os levam a estradas vicinais e tomam tudo que os trabalhadores têm naquele momento da viagem. Então pedimos atenção especial às Polícias Rodoviária Estadual e Federal, para que deem mais segurança ao transporte em nossas rodovias.

Portanto, Sr. Presidente, meu agradecimento aos nobres pares, pois a Assembleia colocou fim à votação secreta. Espero que todos os projetos sejam votados individualmente, para que cada Deputado se manifeste. Eis meu agradecimento e meu abraço. Peço aos nobres colegas Deputados e a todos os mineiros que façam suas orações pelo nosso bicampeão Djalma Santos, que voltou para a UTI, lá em Uberaba, nossa querida cidade, local onde reside. Nossas orações pela melhora do nosso grande bicampeão Djalma Santos. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembleia. Quero fazer algumas considerações. A primeira é relacionada a esse momento grave das relações internacionais que estamos vivendo, em que cabe também a nós, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, posicionar-nos diante do que os Estados Unidos fizeram com o mundo e estão fazendo com o nosso Brasil. Em nome da defesa dos cidadãos norte-americanos, invadem a privacidade, a soberania, a dignidade dos povos, das nações, inclusive do Brasil. Essa é uma questão que não podemos aceitar, contentando-nos com as manifestações do nosso governo federal, do Itamarati e das nossas representações diplomáticas. Cabe a cada brasileiro e brasileira reagir com a devida indignação diante desse fato tão acintoso à soberania nacional.

Quero também nesta oportunidade manifestar minha solidariedade ao Presidente da Bolívia, pois, mais do que só invadir a nossa intimidade, o sigilo, a impessoalidade, atingiram o Presidente de uma nação e o colocaram em suspeição, impedindo até que transitasse no espaço internacional, o que é garantido pela soberania das nações. Fique registrada a minha solidariedade ao Presidente da Bolívia.

Quero também falar da minha satisfação. Tenho a mais plena convicção de que avançamos muito nesses últimos anos, e esses avanços são fruto das lutas de muitos de nós e da manifestação da sociedade, mas também da sensibilidade do Presidente da Assembleia de Minas, Dinis Pinheiro, que sempre colocou em pauta questões relevantes de interesse nacional e do povo de Minas. Mesmo antes do movimento das ruas. As vezes, dizemos que estamos escutando as ruas - e como precisamos escutar o clamor das ruas -, mas também estamos clamando, em nome das ruas que se manifestam hoje, pela correção de determinadas situações que já estão velhas e crônicas em nosso país. O Presidente da Assembleia acolheu desde o primeiro momento a revisão da dívida do Estado



com a União e também com a Cemig, que não está devidamente esclarecida. Nós entendemos que é preciso rever essa questão da dívida, renegociá-la e também ir além da renegociação. Faço parte dos brasileiros e brasileiras que defendem a auditoria das dívidas para saber suas origens, quem as fez, quais foram os investimentos realizados, quais foram os acordos acertados, para que eventualmente não submetamos ao sacrifício popular contas que não são do povo. Contas que foram malfeitas, mal acertadas e que serviram a interesses privados em detrimento do interesse público. Mas a Assembleia de Minas avançou ao acolher essa questão da renegociação da dívida. Constituímos uma comissão que irá continuar fazendo as análises necessárias para que essa dívida seja renegociada e seja colocado sobre os ombros dos mineiros um sacrifício menor do que esse que torna insuportável o presente e o futuro de Minas Gerais.

Na realidade, o que temos discutido aqui, Deputado João Leite? É como se os acordos feitos, os negócios feitos fossem transferir a dívida do Estado, que era com os bancos, para a União. Agora, muitos que vêm à tribuna acusam o peso, a crueldade, a ação da União e dos Estados como se fosse a União que estivesse recebendo esses recursos para atender interesses próprios, o que não é verdade. Por isso defendo a auditoria. Precisamos fazer auditoria da dívida, para saber como ela foi feita, como ela foi acordada, como o governo federal a assumiu, em que condições a assumiu e como ele está se comportando diante do sistema financeiro nacional e internacional.

Temo pelo que estamos devendo. Temo que uma montanha de dinheiro esteja alimentando não a União, em detrimento dos Estados, não o Estado, em detrimento de Municípios, não bancos oficiais, em detrimento do poder público, mas que esteja alimentando o sistema financeiro, seja ele nacional, seja internacional, com taxas, com juros, com acordos escorchantes. Quero deixar registrado que continuo preocupado, mas esperançoso de que a Assembleia de Minas avance mais. Deputado Bonifácio Mourão, acho que ainda avançamos pouco. Temos uma assessoria que nos acompanhou esse tempo todo e contribuiu de maneira exemplar, com a análise do endividamento do Estado, que é a auditoria cidadã da dívida, que propõe que avancemos mais. Minha expectativa é que avancemos mais nesse setor.

Também não me conformo só com argumentos apresentados aqui, sustentados pela base governista, de que o negócio com a Cemig foi ótimo. Não quero tratar disso dizendo se foi bom ou se foi mau, quero tratar disso como auditoria. Esse negócio tem de ser transparente, tem de ser de conhecimento público, tem de ter publicidade, como queremos que a Assembleia faça. Todos estamos aqui nos manifestando com orgulho porque votamos agora o voto aberto para todos. Não vale só o jogo que vira um jogo de cena. Queremos ir a fundo nessa questão. Queremos tratar da transparência em todos os lugares. Devemos fazer do nosso tempo não o tempo da escuridão, mas o tempo da luz. Só com a luz acesa podemos ver nos cantos eventualmente escuros as sujeiras que precisam ser limpadadas, saneadas. É isso que precisamos fazer. Quero deixar registrada minha inquietude diante da situação que encontramos. Precisamos avançar muito mais.

Quero também manifestar minha alegria e satisfação por poder participar deste momento da história da Assembleia Legislativa, que se coloca como sujeito de uma história que está escutando a voz e o clamor do povo. Isso não aconteceu agora, mas há muito tempo. Há um ano e meio esta Assembleia acordou para essa questão, sob a batuta do Presidente Dinis Pinheiro. Muitos de nós estamos nessa luta há décadas. Refiro-me ao financiamento da saúde. Se batalhamos muito - e muitos de nós batalhamos - pela saúde como direito fundamental da pessoa humana, sendo o Estado o provedor desse direito, entendemos que temos de melhorar a gestão, assim como aperfeiçoar, de maneira substancial, o financiamento da saúde. Para que seja garantido o SUS, como fora proposto, integral, universal e gratuito, é preciso boa gestão, sem a qual nenhum recurso será suficiente. São necessários mais recursos.

Avançamos com a Emenda Constitucional nº 29, e avançamos de maneira significativa. Avançamos mais quando ela foi regulamentada em janeiro de 2012. Estamos caminhando para o segundo ano de sua regulamentação, quando ela estabeleceu quais e o que são ações de saúde, além dos mínimos constitucionais de saúde para Municípios, Estados e União.

Estabeleceram-se para os Municípios 15% dos recursos orçamentários, 12% para os Estados e um valor não expresso em percentuais para a União, que hoje está em torno de 7,0%, 7,5% do Orçamento da União. Entendemos que os recursos aplicados corretamente por Municípios e Estados são de tamanho adequado, pelas necessidades e pelas políticas públicas desenvolvidas por esses entes da Federação, mas entendemos também que só a União precisa e pode aplicar mais recursos. Fazemos parte de milhões de brasileiros e estamos pedindo a ela, por meio de um abaixo-assinado - só pela ação da Assembleia Legislativa já temos meio milhão de assinaturas -, que o receba e aplique o mínimo de 10% das suas receitas brutas na área de saúde. Isso significa mais R\$4.000.000.000,00, aproximadamente. Esse recurso é extremamente importante e relevante para garantir que o SUS seja implementado em todos os locais.

Precisamos também de uma gestão adequada. Vemos, com aprovação, a atitude do governo federal ao investir em mais médicos e em mais recursos para a saúde nos lugares em que eles não estão presentes atualmente. Mas nossa inquietude continua porque isso também não basta. Devemos analisar, por exemplo, as cidades mais aquinhoadas com recursos humanos, com universidades e com médicos, do ponto de vista da relação do número de médicos para o número de cidadãos. Em locais de infraestrutura precária, com insuficiência de atendimento pelo SUS, vemos situações muito dramáticas. Um exemplo disso é quando vemos pessoas com AVC, com necessidade de atendimento especial ou de internação, ficarem numa maca durante 10, 15, 20 dias, aguardando serem atendidas, mesmo estando nessa condição. Às vezes, Deputado Bosco, elas, com AVC, ficam sentadas numa cadeira durante uma semana, por falta de leito. Muitas vezes isso ocorre em cidades grandes e estruturadas, no tocante a recursos humanos, mas que não possuem orçamento suficiente.

Os desafios são enormes e são de todos nós, dos entes públicos, dos Municípios, dos Estados e da União. Fico muito satisfeito, honrado e orgulhoso de participar desse movimento nacional por mais recursos para a saúde. Fico absolutamente preocupado e até indignado quando vejo que muitos dos que estão promovendo essa ação não cobram a contrapartida legal e constitucional necessária daqueles a quem eles podem cobrar mais. Estamos cobrando isso, Deputado Lerin. Estamos colhendo assinaturas e mandaremos mais de 2 milhões delas para o Congresso Nacional, para votar um projeto de lei exigindo do governo federal mais 10% dos recursos das receitas brutas para a saúde. Vamos ajudar nesse processo.



Aqui em Minas há uma Constituição, que é mais que uma lei, mas não seria necessário lei nenhuma para exigir e estabelecer o mínimo constitucional, porque o Governador se comprometeu a cumprir a Constituição, exigindo 12% dos recursos, e o Estado não aplica. Ora, por coerência, por exemplo, precisamos repercutir essas lutas que estamos fazendo. Precisamos também exigir que a União, os Estados e os Municípios cumpram a Constituição. É isso que precisamos fazer.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Serei rápido, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Primeiramente, quero agradecer-lhe o aparte e parabenizá-lo pelo excelente pronunciamento. Há algumas questões que me preocupam muito na saúde, pois milito diariamente no atendimento principalmente de pacientes do SUS. Hoje vejo as mazelas do SUS, as dificuldades que as pessoas enfrentam em corredores de hospitais e policlínicas. Essa dificuldade não é só dos pacientes, mas também de seus familiares. Não há nenhuma medida sequer no âmbito do governo federal que possa sanar ou paliar o sofrimento pelo qual as pessoas passam. As mazelas do SUS ocorrem principalmente pelas más condições a que os médicos são submetidos e também pela má remuneração dos procedimentos realizados pelo sistema.

Situações como a que vou citar acontecem rotineiramente. Hoje um paciente de São João del-Rei estava buscando ajuda de Vereadores, me ligando para resolver uma urgência urinária. O paciente está com hipertrofia prostática, não está conseguindo urinar e precisa fazer um procedimento simples: a ressecção da próstata transuretral, procedimento garantido pelo SUS. Mas a resposta que teve é que o SUS não dá esse direito ao paciente. Dá, sim. Só que o SUS paga uma miséria, e o médico não quer fazer o procedimento. Sou de São João del-Rei e sei que lá há inúmeros urologistas, mas o paciente vai ter de sair da cidade, enfrentar uma fila para realizar um procedimento simples em Belo Horizonte. Então, temos os profissionais, os procedimentos e até mesmo especialistas no interior, o que não há é a valorização para que o profissional possa fazê-los. Hoje os pacientes enfrentam filas intermináveis por problemas urgentes que deveriam ser sanados. E isso, a Dilma propôs...

Só quero deixar claro que o Brasil não está enfrentando a necessidade da área da saúde com seriedade, responsabilidade e medidas que realmente resolvam seus problemas graves.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Serão 30 segundos para encerrar, Sr. Presidente. Concordo, o problema é do Brasil. Essa questão não é do governo federal, é do Brasil. O SUS é coordenado pelos Municípios, pelos Estados e pela União. Cabe a nós fazermos essa discussão profunda para não ficarmos aqui em uma situação de acusar um ou outro. Vamos ver quais são as falhas e onde podemos corrigi-las.

Feito isso, tenho certeza de que poderemos encaminhar e implementar ações que responsabilizem tanto o governo federal quanto o governo dos Estados. Acho que o governo dos Municípios não. Os Municípios já estão sobrecarregados do ponto de vista do cumprimento do mínimo constitucional. Já do ponto de vista de gestão, os Municípios também têm enormes responsabilidades, e precisamos tratar delas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi* - Caro Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, hoje é um dia importantíssimo para a nossa Assembleia. Houve uma votação importante: o voto secreto deixa de existir e passa a ser nominal, feito às claras, para que toda Minas Gerais saiba como seu representante está votando nesta Casa. Então, o dia é de festa da democracia. Minas Gerais mostra ao País inteiro como esta Assembleia tem evoluído, com maturidade, com segurança e com a transparência tão pregada no País, mas por vezes desmoralizada. Aqui estamos praticando essa transparência com muita firmeza, coerência e consciência. Portanto, isso é motivo de alegria para todos nós.

Além disso, Sr. Presidente, tivemos hoje um evento extremamente importante na Casa, no Salão Nobre, com a presença de centenas de entidades, lideranças do Estado de Minas Gerais, Prefeitos, Vereadores e representantes da sociedade civil, que manifestaram o seu apoio e trouxeram as assinaturas conquistadas em seus redutos. Depois de mais de um ano da campanha Assine + Saúde, realizada com a compreensão, a sensibilidade e o apoio da Assembleia inteira e sobretudo com a liderança de V. Exa. e a participação efetiva dos Deputados da Comissão de Saúde e das demais comissões, pudemos registrar o total de 588 mil assinaturas no Estado. E isso, graças à ação da Assembleia Legislativa, graças a esse movimento que fizemos, às audiências públicas realizadas aqui e no interior de Minas. Muitos Municípios ainda querem que as realizemos no interior, porque desejam participar, manifestar a sua disposição para coletar assinaturas. Uma das entidades que nos honrou muito com a sua participação foi a CNBB. O seu representante, Dr. André, abrilhantou a nossa reunião e nos trouxe a informação de que a Conferência conseguiu aproximadamente 750 mil assinaturas pelo País afora. Portanto, somando-as com as assinaturas obtidas no Estado, quase garantimos o número necessário para mudar o financiamento da saúde no País.

Sr. Presidente, o movimento vai chegando à reta final de forma extremamente satisfatória. Fico feliz porque, neste momento, vemos a sintonia dos propósitos, das bandeiras e das metas da Assembleia com as metas da população mineira e brasileira. Nas manifestações ocorridas recentemente, o povo se manifestou com absoluta clareza. Farei uma pequena observação, Deputado Adelmo Carneiro Leão, dando-lhe uma informação útil: tivemos sintonia com esse movimento das ruas, que demonstrou que a maior insatisfação do povo hoje diz respeito à saúde. Os erros não aconteceram agora. A insatisfação é crescente, os problemas vêm de longe, vêm de tempos e não se resolvem. Não vemos ação firme quanto ao SUS, a ponto de dizermos: "Agora, sim, chegamos a uma situação mais adequada, a um atendimento mais eficiente e compreensivo, humanitário, dando dignidade à nossa população". Isso está longe de acontecer. Ao contrário, acontece o inverso. As coisas estão andando para trás, as dificuldades estão aumentando, há incompetência e às vezes insensibilidade. As coisas vão acontecendo sem que as soluções sejam adotadas ou pelo menos, num prazo menor ou maior, encaminhadas. Nada disso ocorre, infelizmente. Algumas medidas tomadas agora darão resultado daqui a 8 anos, 10 anos ou mais.

Para ilustrar o que estou relatando, quero dizer que, em agosto de 2001, portanto, há 12 anos, Deputado Adelmo Carneiro Leão, apresentei projeto de lei na Câmara dos Deputados dispondo sobre a obrigatoriedade do oferecimento de programas de residência médica pelas escolas de medicina. O texto era o seguinte: "As escolas de medicina devem oferecer programa de residência médica nas áreas básicas de clínica médica, cirurgia, pediatria, obstetrícia e medicina generalista". É isso o que não temos hoje no Brasil. Não há



residência médica. As pessoas querem especializar-se? Então, que sejam superespecialistas em algumas áreas, não nessas. O Brasil não toma providências nesse sentido. Hoje pagamos um preço enorme por isso. Os equívocos acumulados ao longo do tempo nos levaram a essa situação. Vamos precisar de médicos? Não sei; em alguns lugares, sim. Mas não temos esses médicos aqui. Esse é o nosso problema. Agora, vamos fazer isso aumentando dois anos na grade curricular da medicina.

Por que não fazer a residência médica com a mesma grade curricular de seis anos, mas de forma aprimorada, aperfeiçoada e modernizada? Se acrescentarem mais dois anos ao curso, será um sacrifício para nossos estudantes de medicina. Poderíamos resolver isso fazendo com que as escolas de medicina do País oferecessem residência nessas áreas básicas. Isso é que seria fundamental. Pois bem, mesmo assim vamos esperar que as medidas sejam tomadas e que, de alguma maneira, possam corrigir - não vejo facilidade nessa correção.

Na verdade, estou tomando o tempo aqui do Deputado Adelmo Carneiro Leão, mas ainda gostaria de dizer que tive uma informação oficial agora, na Secretaria de Planejamento, de que, em relação aos 12%, o governo fez a sua parte. Ele colocou os 12% do seu orçamento na saúde. O que aconteceu foi o seguinte: a Secretaria de Estado de Saúde teve restos a pagar que caíram e, portanto, não foram computados como percentual de 12% da saúde. Inúmeras prefeituras do Estado não puderam assinar os convênios propostos porque não tiveram documentação adequada para isso. Então, chegamos ao final do ano com inúmeras cidades do Estado de Minas Gerais - inclusive, cidades com as quais trabalhamos muitas vezes - que não tiveram condição de ter a documentação necessária para poder providenciar a assinatura dos convênios. Assim, em relação aos restos a pagar, o financeiro estava liberado. Vejam só, o Estado cumpriu o seu papel. O financeiro estava disponível, porém não foi utilizado em razão da impossibilidade da assinatura dos convênios.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Estou trabalhando em cima de dados e informações do Tribunal de Contas do Estado. Se for diferente, se estiver cumprido, ótimo. Cumpriu com uma ordem. Se não for, teremos de exigir que esse cumprimento se faça. É só isso.

O Deputado Carlos Mosconi* - Apenas gostaria de esclarecer que está parecendo que o Estado não estava cumprindo a sua parte deliberadamente. Oficialmente, informo-lhes que estava, sim. A questão foi essa.

Pois, não, Deputado Duarte Bechir. Agradeço a paciência do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Muito obrigado.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Vale sempre ressaltar nesta Casa que V. Exa., além de um grande defensor, é também um entendedor do assunto. V. Exa. enriquece os trabalhos desta Casa colocando à disposição do povo de Minas, por meio da Assembleia, todo o conhecimento adquirido ao longo dos anos com trabalho, afinco, dedicação e, especialmente, conhecimento que vem desde os tempos do vosso saudoso e querido pai. Pude presenciar declarações em Pouso Alegre da história bonita da família na área da saúde. Não precisa - ou não precisava - ficar repetindo o que todos sabemos. A Emenda nº 29, na qual V. Exa. teve uma participação importantíssima, em 2011, tornou obrigatório o gasto do governo com a saúde em 12% e retirou desse percentual o tratamento de água recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Assim ficou uma lacuna que precisava ser novamente reagrupada em valores que atingissem os 12%. O governo de Minas, preocupado, pois não se produz dinheiro, pediu que viesse um TAG - Termo de Ajustamento de Gestão - para que, ano a ano, se chegasse aos 12%. Quer dizer, criaria dinheiro e expectativa, que é mais importante. Dinheiro não nasce, dinheiro vem, e isso tem ocorrido já.

Agora, reiteradamente, o governo de Minas, de forma responsável, por intermédio do Governador Anastasia, tem agido. Temos sinais de que, mais uma vez, em Minas as coisas são levadas a sério.

Deputado, gostaria de mais um minuto da atenção de V. Exa., até para suscitar a sua participação. Foi anunciado ontem como medida pelo governo federal que os estudantes do curso de Medicina terão, agora, que trabalhar dois anos em serviço público e que os médicos do exterior poderão iniciar seus trabalhos aqui no Brasil sem a comprovação de sua capacidade. Portanto, são essas duas notícias: tornar obrigatório aos alunos do curso de Medicina durante dois anos o trabalho para o governo e abrir as portas para que o médico do exterior possa trabalhar aqui. Enquanto isso, continua fechada a porta principal do investimento na saúde. A porta principal é colocar o dinheiro novo, os 10% que não se discutem.

Então, queria suscitar essa questão importante e mais uma vez parabenizar V. Exa. pela atuação ímpar, principalmente na área da saúde.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço as palavras de V. Exa., sempre ditas com muita lucidez.

Realmente o problema principal, que é o subfinanciamento da saúde, não entrou na questão. É como se não fosse o problema, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Ora, mas esse é o problema; a raiz de todas as outras dificuldades nasce aí. Colocar mais dois anos na grade curricular é outro equívoco. Por quê? Ora, vamos fazer residência médica nessas áreas, como estou dizendo aqui. Já foi proposto isso em 2001, residência médica, e não aumentar dois anos da grade curricular. Não há necessidade disso. Seria muito mais fácil, porque isso pode ser implantado agora e não daqui a seis anos ou daqui a oito anos, como propõe o governo. Quando essa solução chegará? Quando essa prática trará alguma coisa de positivo? Vou dizer quando: daqui a 12 anos. Meu Deus, isso é solução?

Pois bem. Lamento que o governo tome medidas como essa, que, na realidade, não levam a nada. Não sei como contratarão médicos do exterior sem fazer o exame de revalidação, passando por cima das leis de nosso país. Não sei como contratarão esses médicos sem concurso. Isso pode ser feito? Pode ser feito com médicos do exterior, mas não pode ser feito com médicos do Brasil. Agora, vai ser feito. Mas é legal isso? E dizer a um médico do exterior: "Você vai trabalhar na periferia Brasil". Meu Deus, será que eles aceitarão? Porque isso está sendo colocado dessa maneira, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Os médicos não vêm para o Brasil para trabalhar no Brasil, eles trabalharão onde o governo designar. É como se fosse realmente um serviço social obrigatório para os médicos que entrarão nesse contrato, que não sei como será feito, não sei qual é a legalidade disso. Os médicos virão do exterior e serão obrigados a permanecer no lugar durante três anos. Não me parece que essa medida resolverá qualquer problema.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Parabéns, Deputado Carlos Mosconi. V. Exa. hoje, sem dúvida alguma, representa o que há de melhor dentro desta Casa parlamentar na área da medicina e principalmente na classe médica do Brasil. V. Exa. tem



história. Quero, mais uma vez, parabenizar V. Exa. por trazer esse sistema para cá. V. Exa., juntamente com o Deputado Dinis Pinheiro, tem sido um pioneiro do Assine + Saúde.

Permita-me, caríssimo Deputado Carlos Mosconi, apresentar-lhe uma sugestão: V. Exa. poderia liderar aqui, no Parlamento, uma comissão especial para que os parlamentares se reunissem nesta Casa e ouvissem todos os médicos mineiros, todos aqueles da área da saúde, a fim de apresentar à Presidente Dilma, principalmente, como V. Exa. sabe, um projeto que poderia ser, sem dúvida alguma, apreciado. Mas poderemos, sim, apresentar sugestões, sob o comando de V. Exa., ouvindo as mineiras e os mineiros que, sem dúvida alguma, estão inconformados como V. Exa., eu e tantos outros. Assim, poderemos, na comissão especial, tratar desse assunto tão importante para o Brasil. Essa é minha sugestão.

O Deputado Carlos Mosconi* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, agradeço as palavras de V. Exa. Não me canso de dizer: V. Exa. é um bravo Deputado da nossa Região Sul de Minas. Orgulho-me muito de ser seu colega e de tê-lo também como representante da nossa região, o que faz com extrema competência.

V. Exa., naturalmente, apresenta uma bela sugestão, cujo objetivo é fazer com que a Assembleia assuma uma posição, que, aliás, ela já tem assumido ao liderar o movimento em favor da saúde em nosso país. V. Exa. apresenta uma belíssima sugestão, muito competente, como sempre, e naturalmente iremos adotá-la da melhor maneira possível.

Encerro, Sr. Presidente, manifestando aqui essas preocupações com as medidas adotadas pelo governo federal neste momento. Lamentavelmente, essas medidas não entram no âmbito da questão. O governo apresenta medidas que nem de longe solucionarão o gravíssimo problema da saúde da população brasileira. Muito agradecido.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompilio Canavez* - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos que nos assistem e nos ouvem. Quero também fazer repercutir o trabalho desta Casa na manhã de hoje, Sr. Presidente, que foi realmente muito importante. Aqui fizemos história ao aprovarmos o fim do voto secreto.

Quero falar um pouco sobre a questão dos médicos, porque pode parecer que todos pensamos da mesma maneira, mas não é bem assim. Tenho divergências dos companheiros, dos Deputados que me antecederam aqui, com todo o respeito.

Primeiro falarei da votação histórica ocorrida hoje de manhã. Fiquei muito feliz por ter participado desse momento em que 59 parlamentares estiveram na votação e todos foram favoráveis ao fim do voto secreto - claro que liderados pelo nosso Presidente Dinis Pinheiro. Todos aprovaram o projeto do Deputado Sargento Rodrigues. Quero parabenizá-lo e reforçar sua preocupação com a democracia. O que fizemos hoje foi um gesto democrático, um gesto importante. Demos um recado claro para as demais assembleias legislativas do Brasil e para as câmaras de vereadores, que também deviam copiar a nossa iniciativa e aprovar o fim do voto secreto. O povo quer isso. O povo que esteve nas ruas recentemente, e amanhã teremos mais manifestações dos trabalhadores nas ruas, quer transparência e compromisso dos parlamentares.

Parabenizo todos e todas que participaram desse momento histórico. Fiquei feliz e compartilhei a informação na rede social, no Twitter e no Facebook, e, sem exceção, todos que leram e comentaram o assunto aprovaram a decisão em tom de comemoração. Eles estão comemorando esse avanço democrático que todos nós protagonizamos aqui hoje.

Quero falar um pouco sobre a audiência pública da Comissão das Águas, em Alfenas. Mas, primeiramente, quero comentar sobre a saúde. Hoje houve uma reunião na parte da manhã, no Salão Nobre, em que nós, da Comissão de Saúde da Assembleia, recebemos mais de 90 mil assinaturas para o Assine + Saúde, que se refere aos 10% do orçamento que o governo federal deverá investir na saúde, caso o projeto de lei de iniciativa popular seja aprovado. Minas e a Assembleia estão dando o exemplo. Já estamos com mais de 500 mil assinaturas. Então nós, sem dúvida, somos o Estado que mais assinaturas está levando a Brasília. A Assembleia, a Câmara de Vereadores e todos que lutam por uma saúde melhor, com mais qualidade, mobilizaram todo o Estado.

Quero falar um pouco sobre a vinda de médicos de outros países para trabalharem aqui. Fico pensando que, para milhões de brasileiros, uma simples mesa e um médico sentado na frente dessa mesa é o mínimo, mas na verdade é o máximo. Há muita gente que não tem nem isso. Estou falando isso baseado na minha experiência como Prefeito de uma cidade de região privilegiada do Estado, no Sul de Minas, a minha querida Alfenas. Quando fui Prefeito de Alfenas, Deputado Dalmo, eu abria processo para contratar médicos, mas simplesmente não aparecia ninguém. O povo estava precisando de pediatra, de mais profissionais, e eles não apareciam. Olha que estou falando de uma cidade que está próxima de São Paulo, de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro e que geograficamente é muito bem localizada. Agora imaginem na periferia deste Brasil, onde não há médico. Estou reforçando a ideia de que simplesmente ter uma mesa ou um médico sentado na frente dessa mesa para atender o cidadão é o mínimo para muita gente e o máximo para muitos brasileiros.

Então, concordo com a Presidenta Dilma, com o Ministro da Saúde, Padilha. É preciso tomar uma atitude, e a Presidenta está dando respostas ao que as ruas estão pedindo, estão clamando.

Também, agora, aumentar em dois anos a duração do curso, que seja por meio de residência, como disse aqui o Deputado Carlos Mosconi, que entende muito desse assunto, ele que é o Presidente da Comissão de Saúde, que tenho o privilégio de integrar, é importante. Por que quem está contra a iniciativa não propõe que seja agora então, Deputado Duarte Bechir, já que esperar oito anos é muito? Proponham, então, que a exigência comece a valer agora com os alunos que já estão matriculados, que já estão terminando os cursos. Os brasileiros vão ficar muito felizes, vão ficar agradecidos por chegar a um posto de saúde e ter o elementar: um médico lá esperando para atender a criança que precisa, a mulher que necessita, o cidadão que precisa de um atendimento médico. Como disse, e quero insistir nisso, para muita gente, para muitos brasileiros, um médico e uma mesinha é o máximo. Só quem precisa de médico todos os dias sabe como a Presidenta está correta.

Devemos ouvir o que as ruas estão dizendo. Sei que os médicos estão preocupados. Concordo com muitas das queixas que têm apresentado, mas o povo brasileiro precisa urgentemente de uma resposta. E essa resposta o governo da Presidenta Dilma está dando agora.

Aproveito o tempo que me resta para tratar de dois assuntos. Amanhã, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou estar em Campinas, na fazenda de um banqueiro já falecido que comprou uma porta de uma igreja barroca demolida em São João del-Rei, no Bairro de Matosinhos. Esse banqueiro tinha a terrível mania de colecionar objetos de arte sacra, especialmente de Minas Gerais. Comprou essa porta, e está ornamentando um belo jardim na sua fazenda parte da história de São João del-Rei e de Minas Gerais. A Justiça Federal de São João del-Rei determinou que a família do banqueiro devolva esse objeto, essa obra de arte e de fé do povo mineiro, ao povo de São João del-Rei. Amanhã eu, o Secretário de Cultura de São João del-Rei, Pedro Leão, o Sr. Antônio Giarola, cidadão que tem lutado muito para que essa peça volte para o povo da citada cidade, estaremos em Campinas.

Quero também fazer uma reflexão com todo o povo que nos acompanha pela TV. Que mania estranha é essa de colecionar o que é de todo o mundo, de sair por aí comprando objetos de fé, da nossa história, que fazem parte da cultura do povo de Minas Gerais? Quanta gente não tem por aí que ornamenta jardins e mansões com objetos que foram criados pela fé do nosso povo? Como a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, que havia no Bairro de Matosinhos, em São João del-Rei, foi demolida - está aqui o Jairo, que é jornalista lá e sabe do que estou falando -, não há mais nenhum ponto de turismo no bairro. Agora, com a volta do pórtico, da portada para São João del-Rei, sugiro até, e é claro que o povo deve ser ouvido, que seja instalada naquele bairro, de onde nunca deveria ter sido tirada e levada embora.

O banqueiro comprou essa peça. Amanhã tenho certeza de que vou encontrar muitas coisas, muitos objetos do povo mineiro nessa fazenda. Esta Casa, a Secretaria de Cultura de Minas Gerais deveriam fazer um esforço para recuperar o que é nosso, o que foi, de certa maneira, roubado, furtado do povo de Minas Gerais e da nossa história.

Quero, então, no nosso próximo encontro, falar um pouco disso, mas amanhã vou estar visitando essa fazenda, com uma ordem judicial. Estaremos acompanhados pelo Iphan, que é quem vai determinar a forma como essa portada, esse pórtico, que pertence ao povo do Bairro Matosinhos, em São João del-Rei, que pertence à história de Minas Gerais, deverá voltar para a cidade.

Quero também falar um pouco sobre a audiência pública da Comissão das Águas que fizemos na quinta-feira em São João del-Rei. Estiveram presentes a ONS - Furnas, comitês de bacias, Ministério Público e Igam. Falamos sobre o direito do povo que mora nos arredores, nas margens de reservatórios de hidrelétricas de participar da gestão dos reservatórios, para que não sejamos sempre surpreendidos pelo sistema elétrico, quando ele decide baixar ou usar as águas até a sua exaustão.

O Lago de Furnas é importante para o sistema elétrico nacional, e o nosso Rio Grande, que nasce em Minas Gerais e deságua em São Paulo, é responsável por 70% das águas do sistema elétrico nacional. Em janeiro de 2012, o Lago de Furnas estava com 94% da sua capacidade máxima e, em dezembro de 2012, estava com apenas 11%. O sistema elétrico usou e abusou da água sem avisar a ninguém. Não avisou aos Municípios, aos agentes econômicos, como os empresários do turismo, aos pescadores, aos criadores de peixe e aos agricultores. Vou propor, no Código Florestal que vamos aprovar em breve, que o povo de Minas Gerais tenha o direito de participar da gestão dos reservatórios. A água é um bem público, é de todos, não é só do sistema elétrico. O sistema elétrico é um grande usuário da água, mas não é o dono. O dono da água é o povo de Minas Gerais.

Mas fiquei muito feliz com a presença dos Prefeitos, do Ministério Público, dos Vereadores e de todos que participaram da reunião em Alfenas. Foi uma reunião importante. Além de falarmos sobre a possibilidade de participar da gestão dos reservatórios, - que é um direito do povo do Brasil inteiro e de Minas Gerais -, falamos sobre um projeto de lei de que sou autor. O Estado recebe 45% dos "royalties" por áreas inundadas na conta de luz. Minha proposta é que o Estado passe a receber 25% e os 20% restantes sejam destinados aos Municípios que têm área inundada. Com isso haverá uma melhora na arrecadação dos Municípios. Só em Minas Gerais existem 150 Municípios com áreas inundadas por hidrelétricas. Na região do Lago de Furnas há 34 Municípios que tiveram suas melhores terras, terras produtivas e férteis, inundadas por hidrelétricas, e a compensação é muito pequena. Pelo meu projeto, o Estado abre mão de 20% dos recursos que recebe com os "royalties" e repassa aos 150 Municípios com área inundada. Com isso, aumentaria mais ou menos 44%, 45% o valor que os Municípios, que têm área inundada por hidrelétricas, recebem com os "royalties".

Sr. Presidente, quero mais uma vez agradecer essa oportunidade. Amanhã, estaremos em Campinas, junto com o Secretário de Cultura, Pedro Leão, representando o Prefeito Helvécio Reis, de São João del-Rei, que é também Presidente da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais. Estaremos lá, buscando a portada que nunca deveria ter saído de São João del-Rei. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilberto Abramo* - Sr. Presidente, eu não estava inscrito para falar e não teria necessidade nem dos 5 minutos, mas gostaria de trazer à baila o investimento que o governo de Belo Horizonte fez em propagandas em quatro meses de trabalho: foram quase R\$8.000.000,00. Foi esse o valor que o governo de Lacerda gastou na divulgação do excelente trabalho que tem feito em Belo Horizonte.

O que me causa estranheza é que com esse dinheiro ele poderia atender ao apelo das ruas, quando manifestantes, ou melhor, já que acho esse termo muito pesado, pessoas que buscam o seu direito lutavam pelo passe livre dos estudantes. Mas o governo municipal sempre alega dificuldades. Buscando entender as razões da dificuldade em atender essa demanda, entrei no "site" da Prefeitura de Belo Horizonte e me deparei com um investimento em publicidade de R\$8.000.000,00 em quatro meses. É óbvio que o governo municipal jamais terá dinheiro para atender a demanda dos estudantes, dos universitários; acho quase impossível atendê-la com esse gasto desnecessário com a imprensa, se é que ele é feito simplesmente com a imprensa. Queria apenas que ficasse registrada a minha indignação, a minha insatisfação com o governo municipal.

* - Sem revisão do orador.



ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/7/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Anselmo José Domingos

exonerando, a partir de 15/7/2013, John Wercollis de Moraes do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;
nomeando John Wercollis de Moraes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Cabo Júlio

exonerando, a partir de 15/7/2013, Maiára Alves Pereira Dias do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
exonerando, a partir de 15/7/2013, Priscilla Camile dos Santos do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Maiára Alves Pereira Dias para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
nomeando Priscilla Camile dos Santos para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Waldir de Oliveira Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pompílio Canavez

nomeando Vânia Lúcia Rezende Gonçalves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Romel Anízio

exonerando, a partir de 15/7/2013, Leonardo Sávio da Silva Barreto Miranda do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Leonardo Sávio da Silva Barreto Miranda para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando, a partir de 15/7/2013, Manoel de Jesus da Silva do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no CCM.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Manoel de Jesus da Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no CCM.



ERRATA

MATÉRIA VOTADA NA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/7/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 12/7/2013, na pág. 44, após “Foram aprovadas as seguintes proposições:”, acrescente-se:

“Em redação final: Projeto de Resolução nº 4.163/2013, da Deputada Luzia Ferreira, e Projetos de Lei nºs 243/2011, do Deputado Elismar Prado, 348/2011, do Deputado Fred Costa, 375/2011, do Deputado Célio Moreira, 428/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, 524/2011, do Deputado Elismar Prado, 606/2011, do Deputado Arlen Santiago, 675/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz, 693/2011, do Deputado Arlen Santiago, 725/2011, do Deputado Gilberto Abramo, 996/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, 1.326/2011, da Deputada Ana Maria Resende, 1.886/2011, do Deputado Rogério Correia, 2.099/2011, do Deputado Durval Ângelo, 2.378/2011, do Deputado Rômulo Viegas, 2.680/2011, do Deputado Bosco, 3.124/2012, do Deputado Duarte Bechir, 3.131/2012, do Deputado Tiago Ulisses, 3.278/2012, do Deputado Zé Maia, 3.354/2012, da Deputada Liza Prado, 3.367/2012, do Deputado Fred Costa, 3.466/2012, do Deputado José Henrique, 3.514/2012, do Deputado Rogério Correia, 3.540/2012, do Tribunal de Justiça, 3.590/2012, do Deputado Dinis Pinheiro, 3.609/2012, do Deputado Gustavo Perrella, 3.681/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.694/2013, do Deputado Anselmo José Domingos, 3.912/2013, do Deputado Braulio Braz, 3.918/2013, do Deputado Paulo Guedes, e 3.688, 3.812, 3.842, 3.869, 3.948, 3.968 e 4.213/2013, do Governador do Estado.”.